Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2017/2021

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 26 de abril de 2018

Ata N.º 6

No dia vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e quarenta e quatro minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2017;

PONTO TRÊS – Regulamento da Incubadora de Empresas do Município de Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;

- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sra. Vereadora Palmira Maria Santinhos Hortense.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Joaquim Pereira Pires da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos de saúde, fazendo-se substituir pela **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião**, que se encontrava presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim,** justificou ausência à sessão tendo a falta sido considerada justificada.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião da CDU**, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que ficará apensa à presente, foi empossada no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Período de Intervenção dos Munícipes

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos iniciar o período dedicado à intervenção das Senhoras e dos Senhores Munícipes que desejem intervir, portanto quem quiser usar da palavra, colocar alguma questão, trazer algum problema, interpelar a Mesa da Assembleia, requerer alguma informação que tenha que ver com a Câmara Municipal, é agora nesta altura que poderão fazê-lo.

Há alguma intervenção?"

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Antes de passar a palavra aos Srs. Membros da Assembleia que queiram colocar questões, que queria partilhar algumas informações.

A primeira delas é de ordem logística e era para dizer às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia que nós tínhamos combinado, e está no nosso Regimento, que íamos tentar sempre que possível anunciar antecipadamente os temas que queríamos trazer. Acabei de receber alguns, claro que percebo que um deles é um Voto de Pesar, e definimos exceções e o Voto de Pesar é sempre um deles. De qualquer modo relativamente a outros assuntos, reitero aquilo que todos partilhámos na comissão de trabalho que elaborou a nova proposta que deu origem ao novo Regimento e a necessidade de tratarmos com algum tempo.

Feito este primeiro alerta gostava de partilhar outras informações, aliás que foi igualmente um tema partilhámos nas nossas reuniões de trabalho entre líderes e eu combinei que o faria sempre que os assuntos o justificassem de certo modo. Nesse sentido, queria dar uma sumária informação aos Srs. Membros da Assembleia sobre assuntos que tiveram lugar neste período, entre a anterior reunião e esta.

É assim que informo os Srs. Membros da Assembleia que eu própria vou participar com a Câmara Municipal numa reunião da Comissão Municipal de Condecorações que me deverá fazer uma primeira apreciação do tema que depois será alvo de proposta e trazida a esta Comissão, que será exatamente a proposta de Condecorações Municipais.

Entretanto a Assembleia Municipal foi convidada, e eu enquanto Presidente, para participarmos nas comemorações do aniversário dos Bombeiros de Pinhal Novo, é no próximo dia um de maio, são os sessenta e sete anos, a partir das dez e trinta no Quartel dos Bombeiros de Pinhal Novo, repito representarei a Assembleia Municipal, mas, obviamente que os Srs. Membros da Assembleia estão todos convidados a participar nesta iniciativa.

Depois há um tema que aproveito para aflorar apenas, e o assunto nas suas várias comunicações está à disposição dos Srs. Membros da Assembleia que queiram ter acesso, refiro-me à recentemente, não é tão recentemente, sim, recentemente criada Associação Nacional de Assembleias Municipais, é uma associação que nós não discutimos nunca nesta Assembleia e eu admito que o façamos, mas por digamos que por iniciativa minha não tomei e não dei nenhum passo no sentido de a acompanhar. Tivemos apenas uma deslocação, que foi garantida pelo Sr. Primeiro Secretário, numa reunião de trabalho em Lisboa desta Associação que sumariamente tem como objetivo, no fundo, criar um organismo autónomo que represente as Assembleias Municipais, porque como os Sr. Membros da Assembleia saberão nós Assembleias Municipais integramos, a par das Câmaras Municipais, a Associação Nacional de Municípios, exatamente porque a Associação Nacional de Municípios é de Municípios e não de Câmaras Municipais e o Município tem dois órgãos, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Eu tenho tido sempre o entendimento, eu e a generalidade das Assembleias Municipais, temos tido sempre o entendimento de que a participação na tradicional Associação Nacional de Municípios Portugueses é, digamos que, um elemento que fortalece a própria Associação Nacional Municípios Portugueses, ou dito de outra maneira achamos, e temos considerado até aqui, que qualquer ato de desvincular, digamos assim, uma Assembleia Municipal ou as Assembleias Municipais da Associação Nacional de Municípios Portugueses para um outro organismo pode contribuir para o seu enfraquecimento, e nunca vi com grande interesse, digamos assim, esta criação de uma Associação própria. Por outro lado, também porque os seus objetivos me têm parecido sempre um bocadinho confinados à ideia da importância das Assembleias mas, às vezes, num reconhecimento mais, se quiserem, formal e institucional do que propriamente substantivo. Pode não ser uma opinião definitiva, admito que possamos vir a partilhar este assunto aqui na Assembleia Municipal, mas é só para vos dizer que até ao momento não considerei que fosse interessante submeter qualquer proposta no sentido de nos associarmos a essa Assembleia, contudo tenho entendido que devemos recolher toda a informação possível, e por essa razão o Sr. Primeiro Secretário foi uma reunião, para irmos acompanhando e conhecendo os assuntos que ali são tratados e quando, ou se, for oportuno abordaremos e decidiremos porventura em sentido diferente, mas a minha opinião por ora, sem discutir o assunto, é que não me parece que valha a pena, mas fica aqui informação. Só para dizer que no dia dezanove maio está marcado o primeiro Congresso desta Associação. Ainda não refleti suficientemente sobre o assunto, mas admitia a possibilidade de nos fazermos representar, eventualmente, como convidados porque é nessa condição que nos estão a convidar e essa seria eventualmente uma possibilidade.

Depois, uma outra informação que queria partilhar com as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, eu tive um contacto com a Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra acerca de um interessante projeto que ali desenvolvem, e que muitos já conhecemos, que tem que ver com a Assembleia Municipal de Jovens, já tínhamos falado nisto numa reunião privada, isto é, entre nós, que se disponibilizou para vir à nossa Assembleia, se assim o entendêssemos, ela, os Membros da Assembleia, eventualmente alguns jovens do projeto, conversar connosco, apresentar e porventura mobilizar-nos para essa ideia. Eu disse não precisaria de se esforçar muito, que nós próprios tínhamos já conversado acerca deste assunto e a minha opinião era remeter este tema à Comissão, gostarei de o acompanhar, para conversarmos um bocadinho mais aprofundadamente sobre isto, eu não sei se justifica tratarmos isto na Assembleia vamos ver, se calhar, conversar primeiro na própria Comissão acerca disto e depois decidíamos se fazíamos o convite à Assembleia Municipal de Sesimbra para vir aqui a esta sessão alargada ou se faríamos um convite mais específico para participar na respetiva Comissão, pelo que proponho-me conversar com os membros da Comissão acerca deste assunto mas, provavelmente, em fórum mais restrito.

Termino com esta informação os temas mais importantes que aconteceram, ou que mereceram a minha atenção, neste período.

Depois só uma nota de agenda, porque no final fica sempre mais agitado, gostaria de informar as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia que nós temos necessidade de fazer excecionalmente, não é comum, duas reuniões extraordinárias em maio porque, de acordo com o que o Sr. Presidente da Câmara me explicou,

não será possível, quer dizer, não é nada conveniente juntar os dois temas que justificam a realização destas reuniões. Nesse sentido quanto à Revisão Orçamental, que depende da deliberação da Assembleia para produzir efeitos, a proposta era realizarmos uma Assembleia no dia dez de maio, o tema central será isso mesmo a Revisão Orçamental. Entretanto, no dia dez de maio não temos pronto o outro assunto que temos que decidir antes de junho e que é o tema das Condecorações Municipais e então por essa razão é-nos feita a proposta de realizarmos uma segunda reunião extraordinária em maio, no dia vinte e quatro. Dez e vinte e quatro, estamos sempre a falar de quintas-feiras que é a data da nossa reunião, por regra, teríamos duas sessões de Assembleia extraordinárias. Isto não ultrapassa a necessidade de em junho realizarmos uma sessão ordinária, adianto-vos já que essa reunião terá que ser na segunda quinzena de junho, a segunda quinzena de junho tem duas quintas-feiras será numa delas só para ficarem de sobreaviso, isto é vinte e um ou vinte e oito, esta informação ajuda à organização da agenda de cada um.

Continuando agora com os temas habituais, temos atas para aprovar hoje, duas atas, a ata número quatro da reunião de vinte e dois de fevereiro e a ata número cinco da reunião de treze de março. Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se tiveram oportunidade de ver as atas, se têm questões a colocar?

Dou a palavra à Bancada do PSD/CDS favor, Sra. Membro Rosa Pinto."

A **Sra. Rute Trindade da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:50 horas.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"São meras questões de ortografia que enviarei por e-mail."

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação:

Ata número quatro, de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito, tendo sido aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Ata número cinco, de quinze de março de dois mil e dezoito, tendo sido aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então todos têm na mão o conjunto das Moções, com exceção para as duas últimas que foram entregues uma delas é um Voto de Pesar, já nos situaremos, e a última é uma Saudação. Eu ia sugerir que nós começássemos pela ordem de entrada e dava a palavra à CDU para apresentação da sua Moção sobre o 25 de Abril. Neste caso as várias bancadas têm Saudações sobre 25 de Abril e, ou, sobre 1º de Maio, eu acho que nos daria mais trabalho neste momento juntar todas e cada um apresenta a sua e opinamos sobre todas, está bem?

Dou a palavra à CDU para a Moção sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio."

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:04 horas.

Moção CDU *"44º Aniversário da Revolução de Abril e do 1º de Maio, dia do Trabalhador em Liberdade"*

Tomou a palavra a **Sra. Paula Sobral** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foi efetuada a intervenção que seguidamente se transcreve.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, está aberta a discussão sobre esta Moção.

Questões? Não há, então podemos votar?"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do MIM e dois do BE) e dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

Saudação PS *"Comemoração do 25 de Abril"*

Tomou a palavra o **Sr. António Godinho** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foi efetuada a intervenção que seguidamente se transcreve.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, sobre esta Saudação há questões, observações?

Não havendo votamos.

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Saudação BE *"Ao 25 de Abril e ao 1º de Maio"*

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Ramos** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta Saudação, alguma questão?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Uma boa noite para si, para o Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Caríssimos Membros aqui da Assembleia, público em geral, funcionários da autarquia, Srs. Jornalistas aqui também presentes, uma boa noite extensiva a todos.

O Bloco de Esquerda faz aqui uma diatribe ao colocar praticamente tudo dentro do mesmo saco, tirando depois o PS um bocadinho para fora desse saco e dizendo que, enfim, o atual Governo PS não resolveu os problemas estruturais da economia portuguesa mas resolveu alguns, e isso é sabido pelo Bloco de Esquerda com consciência e, portanto, até me parece um pouco deselegante haver este tipo de terminologia na proposta.

Por outro lado uma nota final para "*…a manutenção do código de trabalho da troika é uma escolha política deste governo e é um fator de tensão permanente com os partidos à sua esquerda…*", eu não sei se vocês já perceberam mas eu não sei até se não é propositado. Tem que haver aqui um entendimento claro sobre aquilo que o Governo tem que fazer e qual é o programa do Partido Socialista. O Partido Socialista está a desenvolver o seu projeto e o seu programa, não está, claramente, nem a desenvolver o programa do PSD nem a desenvolver o programa do Bloco de Esquerda. Teremos que olhar para isto de uma forma lítica, diria eu, e de uma forma o mais transversal possível, o PS está a cumprir aquilo que prometeu.

Votaremos favoravelmente de qualquer forma, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra a CDU, sim, por favor. Sr. Membro da Assembleia, Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, através da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes.

Eu creio que não vou agarrar nas palavras do José Carlos mas, de facto, está aqui uma grande mistura nesta Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio. O essencial, para nós, é saudarmos o 25 de Abril e 1º de Maio e por conseguinte nós não aprofundamos muito mais isto com algumas observações, mas não deixamos de não votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra pela bancada do Partido Socialista Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos, quero cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia, Secretária e Secretário desse presada Mesa, e os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, Caros Colegas da Assembleia, à Presidente de Junta, aos Presidentes de Junta, aos funcionários hoje aqui em exercício da Câmara Municipal de Palmela, ao público presente a esta sessão e à Comunicação Social.

Eu quero só dar aqui uma nota de rodapé em relação a esta Saudação para acrescentar aquilo que foi dito pelo meu companheiro José Carlos e também por o Sr. Rodrigues da CDU, para dizer que isto é absolutamente injusto o que traz aqui hoje o Bloco de Esquerda. Eu quero recordar que é conveniente, vocês lerem o acordo que o Bloco de Esquerda fez com o PS e o PS tem cumprido exatamente tudo, aquilo que está neste acordo, portanto é conveniente vocês lerem isso. Para além disso, muito rapidamente, dizer que todos os compromissos serão cumpridos até ao final desta legislatura a par da consolidação orçamental. Nenhuma medida acordada com os parceiros que apoiam o Governo no Parlamento será revista ou deixará de ser cumprida em função das metas estabelecidas para a consolidação orçamental e, portanto, era bom que vocês lessem o acordo que foi feito com o Bloco de Esquerda e com o Partido Socialista.

Vamos votar favoravelmente, exatamente em relação ao que aqui refere 25 de Abril o resto é, de facto, uma confusão, não tem pés nem cabeça.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ainda antes de dar a palavra ao Bloco, que já tinha pedido há pouco, fica para o final dou a palavra ao PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes na sala.

Efetivamente nós como não estamos no âmbito desses acordos governamentais, pelo que não nos sentimos na obrigação, mesmo querendo saudar o 25 de Abril, de votar Saudações ou Moções com cujo teor escrito não concordamos na maior parte da sua substância. Até porque o Bloco de Esquerda nos anos que refere de "empobrecimento da Troika", na altura andava muito direcionado para a Grécia, que por acaso depois também teve anos de "empobrecimento da Troika" com um governo do Syrisa, entretanto quase esquecido pelo BE. Agora, é que aparece novamente a defesa da Grécia até com dissidentes do BE e vem novamente a "Grécia" para o 25 de Abril português, mas efetivamente não é isso que nos leva a votar contra a presente Moção do BE. Há princípios que todos nós defendemos, mas o modo como está escrita a Saudação e isso para nós tem relevância e valor, não nos leva a votar favoravelmente. Não é só saudar o 25 de Abril e o 1º de Maio, Quando não concordamos com o teor da escrita, simplesmente votamos contra e portanto votaremos contra esta Saudação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então agora dou a palavra ao Bloco para encerrar este período."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito boa noite Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todas e todos os presentes.

A mim não me espanta a resposta que o Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa deu em relação a esta Saudação, eu também o convidava a ler aquele que foi o programa do PS às eleições legislativas de 2015, sendo que era o programa mais à direita alguma vez feito pelo PS, desde o 25 de Abril de setenta e quatro, com o corte de mil milhões de euros na Segurança Social e com graves medidas em relação à legislação laboral. Tal só não aconteceu, primeiro porque o PS não ganhou as eleições e segundo porque o PS só formou Governo porque houve uma maioria na Assembleia da República que viabilizou um Governo no PS constituída, neste caso, pelo PS, pelo Bloco de Esquerda, pelo PCP e pelo Partido Os Verdes mediante, como já disse o Sr. José Manuel Silvério, um acordo que foi firmado. Nesse acordo também lá está escrito que se deveria avançar em termos de legislação laboral ou de aprofundar melhorias e de reverter aquilo que foi as penalizações levadas a cabo nos tempos do governo da Troika preconizado, como já aqui foi dito pela

minha camarada Tânia Ramos, nos anos da Troika do Governo PSD/CDS e ainda antes também nos Governos, não podemos esquecer, do Partido Socialista.

Contudo eu sublinho aqui um dos últimos parágrafos desta Saudação, que diz que: "*… a todos nos convoca para a necessidade de continuar a defender a Liberdade e os direitos sociais"*, ora, também, na Assembleia da República, recentemente, os partidos à esquerda do PS apresentaram propostas que melhorassem relações laborais que existem neste momento dos trabalhadores e, para nosso espanto, o PS rejeitou-as quase na sua totalidade, vou exagerar um bocadinho, mas foi noventa por cento das propostas foram rejeitadas pelo PS, ao lado de quem? Ao lado da direita, e é isso que nos preocupa. Ora não podemos cumprir Abril, não podemos cumprir as promessas que foram feitas no 25 de Abril de setenta e quatro, senão se reverterem as políticas de retrocesso de direitos laborais.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, penso que estamos em condições de qualquer modo, depois desta troca de impressões, de votar esta Saudação."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do MIM e dois do BE) e dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

Saudação PS *"1º de Maio – Dia do Trabalhador"*

Tomou a palavra o **Sr. Rui Lourenço** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Saudação, tem a palavra pela bancada da CDU o Sr. Membro Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Creio que é importante, também, a nossa Moção trazia logo o 25 de Abril e o 1º de Maio e nesta refere só a questão do 1º de Maio, que estamos profundamente de acordo com ela, chamando a atenção que é uma luta histórica de muitos e muitos anos antes do 25 de Abril, antes do 25 de Abril já se lutava por isto, ao contrário de alguns quando veem algumas Moções ou Saudações ao 25 de Abril têm saudades do vinte e quatro e por isso é que votam contra mas nós não, nesta vamos votar favoravelmente apesar de ter muitos e muitos anos antes do 25 de Abril, portanto, a nossa bancada vai votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções? Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente esta Saudação, mas gostaria só de relembrar que este dia existe e é para ser recordado, mas acima de tudo é para ser levado à letra na luta contínua por medidas práticas e efetivas que se traduzam no dia-a-dia e na vida daqueles que lutam por um trabalho com condições dignas, por contratos dignos, que possamos lutar contra o trabalho precário de pessoas que continuamente prestam serviço contínuo mas que têm contratos temporários. Essa é a nossa luta, os trabalhadores merecem, viva o 1º de Maio e por isso iremos votar favoravelmente.

Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Então votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Moção CDU *"Sobre Transferência de Competências"*

Tomou a palavra a **Sra. Cecília Sousa** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Moção.

Quem deseja usar da palavra? Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Tânia Ramos."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Nós gostaríamos de dizer que votaremos favoravelmente esta Moção e de deixar dois ou três conceitos.

Que o processo de descentralização tem de ser instrumento para conferir mais capacidade de participação e de decisão às populações sobre as opções e os caminhos de desenvolvimento das regiões, não pode ser um mero esquema de municipalização das responsabilidades e competências do Estado. Não é possível escamotear a realidade, cerca de setenta por cento dos municípios portugueses tem menos de trinta mil habitantes, a escala, recursos e meios são insuficientes para novas competências municipais nas áreas da Educação, Saúde ou Segurança Social, que devem estar ao nível supramunicipal. A entrega dessas funções, a privados é a nova oportunidade de espreita, a descentralização para municípios e freguesias é possível e desejável mas de acordo com os recursos disponíveis, nomeadamente financeiros. A democracia local não pode ficar refém de tamanha e excessiva concentração de poderes, a solução para descentralizar é a regionalização com órgãos eleitos diretamente pelas populações, assegurando a articulação, o fortalecimento e a autonomia dos poderes local e regional e a participação cidadã.

Disse. Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tinha visto um pedido de intervenção, Partido Socialista por favor, tem a palavra o Sr. Membro José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Nós, infelizmente, não podemos acompanhar esta Moção, favoravelmente claro, porque nem sequer dá o benefício da dúvida e tem, na nossa opinião, algumas contradições. A gente começa a ler e tanto diz que as transferências de competências não vão ser acompanhadas dos meios, como a seguir diz que a solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização, portanto é tomar pelo princípio que o Governo está a tentar fazer é de má-fé, depois novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições, quem é que garante não vão ser dadas? Depois no fim diz rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem garantia, como sabem que não vai haver garantia?

O que nós sabemos, neste momento, é que o Governo prepara dotações dos vários ministérios para as autarquias no âmbito do processo de desenvolvimento que já atingem verbas no valor global de mil e cinquenta milhões de euros e a avaliação ainda não está fechada e será feita sempre com todos os municípios.

Já existe uma norma global neste atual Orçamento de Estado de dois mil e dezoito, onde está previsto que a transferência de verbas relativas a setores que vão passar a ser geridos pelos municípios, seja feito até ao limite da dotação. Está também previsto um incremento das receitas municipais, isto de acordo com a Associação Nacional de Municípios, com mecanismos de terminar com as isenções sobre o Imposto Municipal de Imóveis e, eventualmente, receitas diretas dos municípios sobre o IVA.

Estas e muitas outras situações estão a ser discutidas sempre com os autarcas e sempre com a Associação Nacional de Municípios e tudo será feito de acordo com aquilo que eles decidirem, portanto, não vemos que esta Moção possa ser justa para aquilo que o Governo está a pretender fazer de acordo com a Associação Nacional de Municípios, que são os representantes do Município e com os seus Municípios. Por isso, o Partido Socialista vai votar contra.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, nos acordos que as forças partidárias fizeram para a viabilização do Governo, se calhar, chegamos à conclusão que não discutiram alguns pontos que consideram essenciais, como é o caso que aqui trazem agora, não é? Portanto, ou vocês não negociaram bem, ou, não sei, nem vou tecer comentários, embora eu tenha visto alguns dos acordos e se bem me lembro, como diria o Vitorino Nemésio, as regiões administrativas não estavam lá previstas pelo menos nos primeiros acordos que eu li.

Efetivamente, nós ainda não sabemos os pormenores sobre a possível descentralização ou se há uma chamada "tentativa de regionalização meio encapotada". Agora, não podemos deixar de dizer que não vamos votar este documento favoravelmente, mas não deixaremos de dizer que a CDU tem razão nalguns pontos. Quando se transferem competências, têm que se transferir verbas, não é só pessoal, ou até mais verbas e muitas vezes até aqui na Assembleia temos o exemplo disso nos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, onde no final de cada ano, se chega à conclusão que nalguns casos, o dinheiro

transferido é manifestamente insuficiente. Portanto, depende muito de como se farão essas transferências de competências. Como desconhecemos ainda as condições, não nos vamos pronunciar sobre isso, antes das conhecermos, com toda a lógica.

Agora, relativamente às regiões administrativas, pessoalmente, não sou muito favorável à regionalização, esta é a minha opinião pessoal.

Em todo o caso não iremos votar favoravelmente, como é que vamos rejeitar uma coisa que ainda não sabemos quais são os meios que vão ser transferidos, ou propostos transferidos, a não ser que vocês todos já saibam alguma coisa que nós não sabemos e aí lamento muito dizer-vos que não sabemos efetivamente, pode haver alguns acordos pontuais, e, portanto, não nos costumamos pronunciar sobre o desconhecido e é essa a razão que nos que leva a não votar, mas reiterarei dizendo que não sei que raio de acordos os senhores fizeram porque passam a vida a discordar uns dos outros, mas depois votam a favor, discordam, mas votam a favor, é assim uma coisa. Agora sobre o essencial tudo muito bem, nós não votaremos favoravelmente.

Já agora, acrescentarei aqui que como o PS disse que isso estava também umas verbas no Orçamento, os que votaram a favor também pelos vistos não ficaram esclarecidos com o Orçamento, mas votaram a favor, é só isso que eu tenho para dizer."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o MIM, Sra. Membro da Assembleia Luisa Paulino."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Boa noite a todos, cumprimento na pessoa da Presidente da Assembleia Municipal.

Bem, o MIM vai votar favoravelmente independentemente de perceber que isto é muito uma fase embrionária, é uma preocupação que a CDU está a ter, e a meu ver legitimamente, atendendo pelas práticas que se tem acontecido nos últimos anos, portanto, se isto fosse a galinha dos ovos de ouro o poder central não descentralizava, portanto, ficava com os louros, executava e ficava com os louros sem dúvida. Isto deve ser uma pedra no sapato, grande, que vai sacudir a água do capote para as autarquias.

De qualquer das formas todas estas preocupações fazem sentido, são legítimas, nós partilhamos efetivamente desta Moção, ainda que com os contornos e com os detalhes que iremos saber muito mais tarde porque isto está tudo ainda em fase embrionária. Certo é, e Deus queira que daqui a um tempo nós venhamos a perceber que as autarquias vão ficar é com responsabilizações e problemas graves com situações das quais transportaram para as autarquias algo que o Governo não quer fazer, ou não pode fazer, ou não consegue fazer, porque se fosse bom eles ficavam com isso, portanto, as autarquias provavelmente vão ter aqui um problema e esperemos que conseguíssemos todos tentar reverter, e tentar perceber, e esmiuçar ao detalhe, e tentar perceber se, efetivamente, é vantajoso, ou não, porque quem sabe que vai executar um bom orçamento, quem vai executar uma boa tarefa, de certeza absoluta que não a vai dar ao vizinho e é o que vai acontecer aqui, portanto, o MIM vai fazer votar favoravelmente em relação a esta Moção.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Devolvo a palavra ao Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia Rui Lourenço."

O **Sr. Rui Lourenço do PS:**

"Talvez por estarmos em 25 de Abril, apetece-me citar aqui Sérgio Godinho, fizeram-me lembrar com isto aquela parte que diz *"só quer a vida cheia, quem teve a vida parada"* e eu acho que as coisas não estão paradas e acho que também não podemos querer em vez de dar passos lentos mas firmes, dar grandes saltos, eu acho que ninguém melhor do que quem mora na casa, gere a sua casa, e por isso eu, efetivamente, acho que estas transferências são úteis, o resto eu acho que é extemporâneo, porque nós não sabemos as grandes parte das afirmações que aqui são feitas eu, pelo menos, não sei se isto é verdade ou não e, portanto, não posso nunca partir do pressuposto que não para mim não tem nada que me leva a ter que acreditar nisto e, portanto, eu acho que, acredito efetivamente no poder local e acho que o poder local gere melhor o dinheiro, porque cada cêntimo que aqui é empregue, é empregue no seu espaço e, portanto, nas coisas que são mais necessárias para quem habita a casa.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra a CDU, neste caso a última intervenção, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Sra. Presidente, boa noite. Na sua pessoa cumprimento os demais presentes.

Só duas notas, aqui sobre as intervenções proferidas a esta Moção, sobre as transferências de competências.

Ponto um, é óbvio que não sabemos tudo o que aí vem, mas sabemos o que já veio. Sabemos o que é que se prevê fazer, porque foi dito e eu aqui não quero citar a Associação Nacional de Municípios mas o último Congresso da ANAFRE, onde foram aprovadas por unanimidade por todos os partidos as mesmas chamadas de atenção que são feitas nesta Moção, qualquer pessoa tem acesso a essas Moções foram vinte e seis, todas elas aprovadas, temos autarcas dos dois lados aqui das bancadas, foram todas aprovadas, com as mesmas preocupações. Essencialmente o que nós não queremos, e falo aqui em termos de juntas de freguesia, é estarmos a reivindicar às câmaras municipais o abandono das suas competências ou a partilha dos seus recursos, quando o Estado de cima para baixo também não o faz condignamente. Portanto, o apelo que aqui é feito é porque não pode ser cozinhado, e agora aqui estendo a mão àquilo que o PSD disse há bocadinho, o CDS/PSD, nós não sabemos tudo mas sabemos, por exemplo, o que é que PSD e PS fizeram em anteriores acordos sobre regionalização e sabemos que foi agora firmado um novo, regionalização não descentralização, e temos todas as razões para estar preocupados, mas temos todas as razões para acreditar que com estas chamadas de atenção, podemos também contribuir todos para que, efetivamente, se cumpra aquilo que é a descentralização e se cumpra aquilo, ou se tente cumprir, o mais importante que devia ser a regionalização. Essa seria a base intermédia para, efetivamente, dotarmos o poder local de legítima autonomia e determinação nas suas áreas de intervenção, portanto, nós mantemos aquilo que dizemos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Estamos com um tempo prolongado, dou novamente a palavra ao Partido Socialista."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Duas notas por causa da intervenção do Mestre. A primeira é esta, é evidente que aquilo que está no ponto um, dois, três, quatro e cinco, a ANAFRE disse. Agora, meus amigos, vocês começam com uma suspeição a proposta ou moção sob a capa de municipalização, a seguir dizem: *"Escondida sob o canto de sereia do alargamento de poderes…"* e depois baralham dois conceitos que se baralham muitas vezes, que é a

desconcentração e descentralização. Há uns tipos que fizeram umas teses na Universidade de Évora exatamente sobre políticas de desconcentração e descentralização, estão na net, vocês podem ver, e estas questões precisam de ser melhor buriladas, não haverá descentralização para as juntas haverá desconcentração para as juntas, são coisas diferentes, sim, são coisas muito diferentes.

Sra. Presidente, penso que este era um tema para nós discutirmos numa Assembleia Municipal dedicada a esta temática, não sei se em setembro será muito tarde, mas é o repto que fica.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos ter oportunidade de o fazer, provavelmente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta Moção, esta sim, é uma Moção."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor (quinze da CDU, dois do MIM e dois do BE), duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP e nove votos contra do PS.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Informo todos os Srs. Membros da Assembleia que nós já ultrapassámos o período previsto para o período de Antes da Ordem do Dia e temos ainda um Voto de Congratulação que vou sugerir o PS que apresente e depois passo a palavra ao PSD/CDS para os dois últimos documentos apresentados, um que é uma Saudação e sugeria o Voto de Pesar para o final."

Voto de Congratulação PS *"Identidade de Género, Expressão de Género e Características Sexuais"*

Tomou a palavra a **Sra. Ana Elísia Monteiro** para apresentar o Voto de Congratulação, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre o Voto de Congratulação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre este Voto de Congratulação. Dou a palavra à Bancada da CDU."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Já estamos longo, também vamos ser breves sobre esta questão.

Nós não vamos acompanhar o Partido Socialista, nesta grande velocidade de fórmula um, porque temos algumas dúvidas. A gente também sabe o que se passou no dia treze de abril, o que foi aprovado, conforme disse a senhora eleita na Assembleia da República, mas também sabemos que, possivelmente, não será esse o final deste projeto, até porque também temos algumas dúvidas se não volta novamente à Assembleia para

ser discutido e, possivelmente, melhorado. Nós dizemos que, de facto, isto ainda tem muita discussão, cientificamente não está demonstrado, conforme aparece assim aqui, não vamos votar contra, mas nós vamos abster a este voto."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Dou a palavra ao Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Quero enaltecer o Partido Socialista por trazer aqui este Voto de Congratulação e dizer que o Bloco de Esquerda se empenhou, de um modo muito afincado, para que esta alteração à lei fosse aprovada na Assembleia da República e daí nós acompanharmos também este Voto de Congratulação votando favoravelmente.

O Sr. Membro da Assembleia Domingos Rodrigues tem razão numa coisa, é que parece-nos que o Presidente da República poderá devolver este diploma à Assembleia da República, porque já sabemos que dali não se espera grandes novidades em termos de progressos sociais e de direitos humanos.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu com este último comentário do Sr. Carlos Oliveira, gostaria de dizer a título de "graça" que não sei então porque é que os dirigentes do Bloco de Esquerda quando são tiradas fotos e em viagens até internacionais aparecem atrás do Sr. Presidente da República.

Sim, sim, Sr. Carlos Oliveira, pode ir ver nas televisões e constatará o que estou a dizer.

Ora bem, como sabem a posição do CDS é considerar que esta lei tem bastantes incongruências. Logo na altura, na Assembleia da República, nos pronunciámos sobre elas e, portanto, não iremos acompanhar este Voto de Congratulação, porque consideramos que nestas coisas a pressa, por vezes, é inimiga da qualidade e quando temos muita pressa, por vezes "saem estas leis um bocadinho manhosas" ou até não contemplam determinadas situações que, quanto a nós, são essenciais contemplar e sendo assim, não iremos acompanhar este Voto de Congratulações.

Por acaso, pessoalmente, até tenho que vos dizer que já defendi uma pessoa transexual para aí quase há quinze anos, que tinha sido operada em Espanha, portanto sei do que é que estou a falar e convivi diretamente com pessoas com estes problemas. Mas isso não me inibe de querer uma lei mais perfeita do que efetivamente foi apresentado. Portanto, às vezes, isto não é só ser "moderno" a acompanhar, é prever as situações concretas e aí talvez os especialistas quer jurídicos, quer médicos, tenham uma grande palavra a dizer. Porque isto, quando é só política a falar, às vezes não conhece toda a realidade concreta. E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dou a palavra ao MIM."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Só uma rápida consideração, o MIM não vai acompanhar este Voto de Congratulação até porque esta matéria é uma matéria tão sensível que tem duas vertentes, duas vertentes poderosíssimas e de uma imensidão de estudo e análise que não pode ser feito da forma como está, que é a vertente jurídica e a vertente científica, não é? Muito já se escreveu sobre a vertente jurídica sobre esta matéria e as opiniões são completamente díspares e divergentes, posições completamente divergentes, cientificamente parece-me que ainda está muito aquém, de modo que os fundamentos para a qual esta lei está a ser posta na mesa não me parecem satisfatórios de todo para se poder avançar com ela, portanto, o MIM, a posição é não acompanhar este Voto de Congratulação, pelo menos por enquanto, penso que ainda há muita coisa para fazer e é muito prematuro, não quer dizer que mude a opinião, para já é não."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

O Partido Socialista tinha pedido a palavra? Não?

Então podemos votar."

Submetido o Voto de Congratulação a votação, foi o mesmo aprovado, por maioria, com onze votos a favor (nove do PS e dois do BE), quinze abstenções da CDU e quatro votos contra (dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do MIM).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vou então, para terminar esta fase, dar a palavra ao PSD/CDS e neste caso embora não sendo hábito mas como, de facto, foram as duas últimas Moções a ser distribuídas, Moções não, desculpem, pedia-lhe que primeiro apresentasse a Saudação e depois, no final, o Voto de Pesar."

Saudação PPD/PSD.CDS-PP *"Militares 1ª Grande Guerra"*

Tomou a palavra o **Sr. Colin Marques** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS** ausentou-se pelas 22:06 horas.

A **Sra. Rute Trindade da CDU** ausentou-se pelas 22:06 horas.

Sobre a Saudação foi efetuada a intervenção que seguidamente se transcreve.

A **Sra. Presidente da Mesa:**
"Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta Saudação há alguma questão?
Bem então votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Voto de Pesar PPD/PSD.CDS-PP *"Isabel Simão"*

Tomou a palavra o **Sr. Colin Marques** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre o Voto de Pesar foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre este Voto de Pesar?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

A mim parece-me excessivo trazer à Assembleia Municipal de Palmela um Voto de Pesar por estes preceitos que a Coligação Palmela Mais apresenta aqui, enfim, porque é uma empresária de sucesso a cidadã Isabel Simão, sim, mas isso será suficiente para que esta Assembleia Municipal se pronuncie com um Voto de Pesar? Há tantos empresários no concelho que, de certo modo, têm sucesso nas suas nas suas profissões, nas suas áreas de intervenção profissional, portanto, achamos que para nós é excessivo que uma instituição como a Assembleia Municipal tenha que se pronunciar com um Voto de Pesar pelo falecimento desta senhora, por isso, nós no Bloco, vamo-nos abster em relação ao Voto de Pesar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado.

Não consigo fazer uma abordagem desse tipo, claramente. Acrescentaria, ou sugeria que acrescentassem, que a Dra. Isabel Simão foi membro do Conselho Municipal de Educação, durante um mandato, penso eu, em representação das instituições privadas, há as privadas de solidariedade social e ela era representante das privadas, partilhou ainda alguns momentos, quer comigo, quer com o Vereador Adilo, em diferentes reuniões e sempre com uma participação ativa e interessada, diria eu, não consigo pôr as coisas nesse pé, lamento.

Votaremos favoravelmente."

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 22:10 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Relativamente aqui à observação do PS, sim concordaremos e faremos essa alteração para incluir e para que conste que foi Membro do Conselho Municipal de Educação de Palmela.

Relativamente ao Bloco de Esquerda é mais do mesmo, não é? Nós não podemos estar sempre a homenagear todos os empresários, você fala por um simplismo, estou aqui a falar de uma Diretora Pedagógica, que não é bem a mesma coisa que um empresário, mas, pronto, eu percebo o que o sucesso faz. Mas a questão é que ela morreu, portanto, não é só homenagear um empresário, porque eu até gosto de homenagear empresários que trazem riqueza, sucesso, e prestígio para o concelho de Palmela."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos lá ver as divergências de opinião são perfeitamente possíveis mesmo em matérias tão sensíveis como neste caso a morte, é evidente que se costuma dizer que é mais fácil convergirmos nas opiniões sobre pessoas que morreram do que sobre pessoas que estão vivas.

Mas eu gostava de acrescentar um dado, nós estamos a falar, apesar de tudo, de alguém que foi responsável por um projeto pedagógico neste concelho, eu vou fazer já uma declaração de interesse eu, particularmente, enderecei um Voto de Pesar à escola pelo falecimento da Dra. Isabel Simão e fá-lo-ia em nome da Assembleia Municipal, não o fiz exatamente porque havia aqui uma reunião hoje, mas fá-lo-ia, eu vou-me associar a este Voto de Pesar com toda a liberdade de voto, mas sinto necessidade de fazer digamos, este reparo pessoal na medida em que, enfim, tive o meu filho naquela escola, tenho a maior consideração pela pessoa em concreto e pelo projeto que apesar de tudo trouxe a este concelho, não é mesmo de entre os que são empresários, ou não, eu acho que nós temos empresas que apoiamos, saudamos e cujos investidores, até, saudamos pelo facto de as trazerem ao nosso concelho e se tiverem um desempenho justo, equilibrado, naturalmente à luz dos seus valores que nós podemos apoiar, ou não apoiar, mas, se tiverem esse desempenho, eu acho que nós devemos louvar a sua presença e sua participação e não me importava nada que este fosse um voto da Assembleia Municipal, mas, como digo eu que tenho uma declaração de interesse a fazer aqui, mas não me importava, se o Bloco de Esquerda não acompanhar, naturalmente, não será uma declaração da Assembleia Municipal será uma declaração do PSD/CDS, a qual depois se junta quem quiser.

Querem rever? Mantêm a vossa posição? E, já agora, só uma coisa não estamos a falar sequer de uma discussão entre a escola pública/escola privada, estamos numa sociedade e num contexto em que a escola privada faz parte do sistema educativo, quer dizer não é o sistema publico mas faz parte, o próprio Estado tem acordos, ainda por cima de funcionamento, com escolas privadas. É discutível? Estou completamente de acordo consigo, se eu tivesse tido alternativas de outra natureza que correspondessem às minhas necessidades de vida, provavelmente teria feito uma opção diferente, eu não estou a discutir a escola pública e a escola privada, estou a discutir em concreto o desempenho de uma cidadã que teve um projeto de relevo neste concelho numa área que é uma área relevante, que é a área da educação, é nesta condição que eu acho que Assembleia Municipal de Palmela se pode posicionar num Voto de Pesar, repito retirando a minha condição particular.

Pergunto se o Bloco quiser manter a sua posição, naturalmente, a proposta é do PSD/CDS, se o Bloco não quiser manter a sua posição, e se as demais bancadas concordarem, eu propunha que o voto fosse feito em nome da Assembleia.

Digam por favor, Bloco de Esquerda."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Só para acrescentar, nem sequer se falou aqui em escola pública versus escola privada, isso nem sequer é um assunto, não tem assunto. Aquilo que nós quisemos demonstrar é que não achamos que seja um assunto para ser levado a esta Assembleia, no nosso ponto de vista, como um Voto de Pesar porque existirão, e já existiram, outras pessoas com relevada importância e não foram feitos Votos de Pesar e como

existe liberdade para podermos votar favoravelmente, contra ou para nos abstermos é o que vamos fazer. Vamos manter a nossa posição de abstenção, em relação a este Voto de Pesar.

Muito obrigada."

A **Sra. Rute Trindade da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 22:12 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então vamos votar."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por maioria, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do MIM) e duas abstenções do BE.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Terminámos as nossas Saudações e outros temas neste período, embora formalmente ainda estejamos dentro do Período de Antes da Ordem do Dia, mas eu pedia aos Srs. Membros da Assembleia que deixássemos as questões que eventualmente tivessem a colocar, nomeadamente questões que tenham que ver com a Câmara, para o primeiro ponto da ordem de trabalhos. Pergunto se há alguma questão assim muito importante que tenha que ser tratada neste período."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Eu tenho questões, mas deixo para o primeiro ponto de discussão da Câmara Municipal."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Todos de acordo, passamos então ao primeiro ponto.

O primeiro ponto é o da informação do Sr. Presidente da Câmara, eu pergunto se quer abreviar?"

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Permita-me que saúde V.Exa. e os restantes Membros da Mesa, todas as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, as Sras. e os Srs. Vereadores, as Sras. e os Srs. Munícipes que nos acompanham e também as Sras. e os Srs. da Comunicação Social.

Este relatório da atividade refere-se aos três primeiros meses do ano que são fortemente marcados na organização pelo balanço do ano anterior e preparação de diversos projetos obras e iniciativas a desenvolver no ano em curso.

Na continuidade do trabalho relacionado com o conjunto de candidaturas a fundos comunitários, é de particular relevância, neste período, a adjudicação da empreitada "Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela", que deverá ter início muito em breve, e a aprovação de diversas candidaturas, nomeadamente, "CICLOP 7" relativa à ciclovia de Quinta do Anjo, "Requalificação da baixa e zona comercial de Águas de Moura e ligação EN5", "Requalificação do antigo edifício PAL" e "Requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão".

Os projetos de participação e cidadania são transversais à organização, envolvendo o esforço das diversas equipas no contacto com os agentes locais e na preparação de conteúdos a partilhar. Em fevereiro e março, decorreram, respetivamente, as Semanas das Freguesias de Pinhal Novo e de Palmela, em que tivemos oportunidade de reforçar laços com as comunidades, com o tecido económico, com instituições particulares de solidariedade social e com o movimento associativo. Continuaram, também, as oficinas "Eu Participo!" com crianças e jovens em várias escolas do 1.º ciclo e dos 2.º e 3.º ciclos do concelho. Permitam-me destacar a Assembleia que juntou as crianças da Escola Básica da Lagoa da Palha e os Executivos do Município e da Junta de Freguesia de Pinhal Novo.

No âmbito do Plano Municipal para a Igualdade de Género, foi desenvolvido o programa comemorativo do Dia Internacional da Mulher, que incluiu diversas iniciativas de convívio, reflexão, debate e sensibilização.

Considerando as alterações legislativas no domínio da defesa da floresta contra incêndios e a preparação da época de fogos florestais, que está à porta, o Município promoveu sessões de esclarecimento em cada uma das freguesias, acompanhadas de uma campanha de informação. Entretanto, em conjunto com a Guarda Nacional Republicana e o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Arrábida, identificou os locais a intervencionar e coordenou os trabalhos de limpeza e gestão de combustíveis. O Dia Internacional da Proteção Civil foi assinalado na EB de Palmela 2 e a Academia de Proteção Civil deu continuidade ao programa de sensibilização e preparação da comunidade para casos de emergência com ações junto dos Escoteiros de Palmela – Grupo 40, do Centro Social de Palmela e da EB António Matos Fortuna, em Quinta do Anjo.

Num momento em que continuam a decorrer várias e importantes empreitadas de ampliação e beneficiação do parque escolar, um pouco por todo o concelho – sublinhando-se a obra da Escola Básica de Aires, em fase de conclusão – a vida interna das escolas vive uma fase de grande dinamismo, com a preparação, por exemplo, dos programas a apresentar nas Festas de Encerramento dos projetos Fantasiarte e *Kid's Guernica*, com o início do 3.º curso "Aprender a Nadar" deste ano letivo, que conta com 413 crianças de dez escolas do concelho, ou com a realização do primeiro período da fase inter-escolas dos Jogos Desportivos Escolares, que envolveu cerca de 1.200 alunas/os dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário.

O Município continua a prestar especial atenção às áreas de saúde e segurança no trabalho, mantendo a distribuição de vestuário de trabalho, calçado de segurança e equipamento de proteção individual e a distribuição e reposição de material de primeiros socorros, tendo-se realizado, também, seis visitas técnicas para análise de tarefas e condições de trabalho e avaliação ergonómica. Com vista à implementação do Regulamento Interno Municipal de Prevenção e Controlo de Alcoolemia da Câmara Municipal, realizaram-se 13 sessões de esclarecimento e audição das trabalhadoras e trabalhadores. Também a formação continua a ocupar um lugar central na estratégia de valorização das equipas e qualificação do serviço prestado. No período em apreço, realizaram-se 7 ações internas e 12 externas, num total de 840 horas de formação.

O colóquio "Os desafios da saúde mental nas respostas sociais para idosos" constituiu um importante momento de partilha de informação e reflexão sobre o tema com as instituições particulares de solidariedade social na área do envelhecimento. Também no âmbito do trabalho desenvolvido com e para a população de idade maior, foi dinamizada mais uma Oficina de Noções Básicas em Tecnologias de Informação e Comunicação "Clique sem Idade" e deu-se continuidade à divulgação do Cartão Municipal Idade Maior. Destaque-se, também, a atribuição de apoio financeiro à Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia de Poceirão. O Parque Habitacional do Município é alvo de manutenção e beneficiações regulares, tendo sido adjudicadas várias intervenções e concluídas reparações em dois fogos municipais.

A aprovação das Operações de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico de Palmela e o Pinhal Novo constituíram mais um passo na implementação da nossa estratégia de reabilitação, facultando às proprietárias e aos proprietários vários benefícios e incentivos à recuperação do edificado. O Município também está empenhado na recuperação do seu edificado e do espaço público e deu continuidade às diversas ações integradas no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Deu-se, assim, início às terceira e quarta fases da requalificação da Rua Serpa Pinto e desenvolveram-se os projetos para a requalificação do antigo edifício PAL, do Salão Nobre dos Paços do Concelho e do antigo quartel da GNR de Palmela.

No que respeita à gestão das redes de infraestruturas, foram executados 401 metros de redes de saneamento na Rua Manuel Carvalho Domécio, em Quinta do Anjo, e preparados projetos para redes de saneamento em Miraventos, na Quinta Tomé Dias e na Quinta das Asseadas, na freguesia de Palmela, em Cajados, na União das Freguesias de Poceirão e Marateca, e para drenagem e elevação de águas residuais domésticas na Avenida da Herdade, Lagoa da Palha, na freguesia de Pinhal Novo. Foram, também, executados 684 metros de rede de abastecimento de água na Rua Perpendicular à Rua da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, na Aldeia Nova da Aroeira, e 350 metros na Rua do Grupo Desportivo de Valdera, em Pinhal Novo, estando em curso a infraestruturação da Rua da Holanda, na Lagoinha, e da Rua Dr. José Afonso e Travessa do Limoeiro, no Bairro Alentejano.

Na rede viária, destaca-se o calcetamento na Rua Fundação Gulbenkian, em Águas de Moura, e a implantação de sinalização luminosa automática em vários pontos do concelho, bem como um vasto conjunto de trabalhos por administração direta, para execução e reparação de calçadas, reparação de vias em betão betuminoso e em *tout-venant*, execução de passagens hidráulicas, entre outros.

As comemorações do Dia Mundial da Floresta foram acompanhadas, este ano, da conquista do prémio europeu "Árvore do Ano" pelo sobreiro monumental de Águas de Moura – um momento de grande mediatismo, que deu a conhecer a localidade e favoreceu a valorização da nossa floresta autóctone. No âmbito das comemorações, foram plantadas árvores em espaço público com a comunidade educativa e com a empresa Visteon, ao abrigo do programa "Mecenas de Palmela", e foi realizada uma caminhada no Parque Natural da Arrábida. O Município aderiu, também, uma vez mais, à iniciativa internacional "Hora do Planeta".

Ainda no campo da intervenção em espaço público, foi requalificada a rotunda do Bombeiro, em Pinhal Novo, e foi reparado o mobiliário urbano do Jardim da Boavista, em Palmela, estando em preparação diversos projetos. Destaque, também, para a desinfestação da processionária do pinheiro em vários locais das freguesias de Quinta do Anjo e Palmela.

A Rede Municipal de Bibliotecas Públicas do Concelho de Palmela continua a desenvolver um importante trabalho de promoção da leitura junto de diferentes públicos e, no período em análise, participou nas comemorações do Carnaval, realizou 41 sessões da Hora do Conto nas Bibliotecas e em escolas, dinamizou sessões de contos literários para a população de idade maior e deu continuidade ao projeto "Palavras na nossa terra". Assinalou, ainda, o Dia Mundial da Poesia e acolheu ações de formação e a apresentação de livros.

As comemorações do Carnaval, a iniciativa comunitária "Noite das Serenatas", em Poceirão, o programa do Dia Mundial do Teatro, que uniu o Município e os grupos de teatro, e o "Março a Partir", mês da Juventude (precedido do concurso de bandas amadoras de Palmela *Warm Up* "Março a Partir") marcaram a vida cultural e associativa do concelho durante os meses de fevereiro e março, envolvendo milhares de participantes e visitantes em diversos espaços. Os equipamentos municipais acolheram, também, diversas exposições, aulas de dança e desporto, ensaios do movimento associativo e sessões de cinema.

Ainda no âmbito do "Março a Partir" e do Fórum Juventude, o Município realizou a iniciativa "Solidariedade com a Palestina", reforçando os laços de solidariedade com o povo palestino e o trabalho de parceria com a Missão Diplomática da Palestina em Portugal e o Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente.

Os Programas de Atividade Física e de Desenvolvimento Desportivo mantiveram a sua atividade regular, sendo de realçar o Convívio para Benjamins A em Pavilhão, no atletismo, o Torneio de Carnaval Interassociações de Basquetebol, a Concentração Distrital de Minibasquetebol Sub12, o X Encontro de Ginástica de Grupo e o Torneio Municipal de Judo. Sublinhe-se, ainda, as provas da Taça de Portugal de

Femininas e de Cadetes em ciclismo e a segunda edição da Clássica da Arrábida, com 16 equipas profissionais nacionais e 4 estrangeiras, numa grande festa do ciclismo de estrada.

A promoção e a valorização turística do território continuam a ser um objetivo estratégico para o Município, que concluiu, neste período a candidatura ao concurso "7 Maravilhas à Mesa", tendo, já, sido apurado como pré-finalista. Os produtos locais de qualidade, o património natural e histórico e o forte calendário de eventos estiveram no centro das participações de Palmela na Bolsa de Turismo de Lisboa, a convite da Entidade Regional de Turismo, e na 2.ª Mostra Silves Capital da Laranja, a convite do Município, com quem temos uma parceria. Os Fins de Semana Gastronómicos dos Enamorados e do Queijo de Ovelha continuaram a divulgar o tecido económico ligado à restauração e a incentivar a utilização de produtos locais nas ementas.

A criação de redes de inovação que unam setores tradicionais e indústrias criativas é um dos principais propósitos do projeto europeu *Co-Create*, ao qual o Município de Palmela se associou. Este projeto reúne parceiros de Espanha, França, Itália, Grécia, Croácia e Portugal e promoveu, no período em apreço, duas ações de *Design Thinking* com empresárias, empresários e agentes locais, com vista ao desenvolvimento de ideias inovadoras para produtos, tendo sempre em consideração a sustentabilidade ambiental e as necessidades da comunidade.

Porque vivemos em rede e as parcerias e a cooperação entre instituições fazem parte de uma vivência saudável, permitindo concretizar aquilo que não seria possível individualmente, termino agradecendo às empresas do concelho que, neste período, doaram cerca de 10 mil euros, ao abrigo do programa "Mecenas de Palmela", para a prossecução de diversos projetos, e congratulo-me com a chegada a Cabo Verde dos bens doados pela Câmara Municipal de Palmela ao Município da Praia, transportados pela Marinha Portuguesa, no âmbito da iniciativa Mar Aberto, por intermédio da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros estou ao dispor para as questões que entendam colocar."

O **Sr. Rui Lourenço do PS** terminou a sua participação nos trabalhos pelas 22:31 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões por favor? Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu queria aqui referir que continuamos a receber, aliás, fizemos um requerimento nessa área na questão de problemas na recolha de lixo e limpeza e também na manutenção de jardins e floreiras no concelho e não deve ser pelas condições meteorológicas, porque eu vou a Azeitão e mais ou menos o tempo é o mesmo e as floreiras estão devidamente arranjadas. Vou ao Montijo e também. E se nós formos aqui perto, em Palmela, junto da Caixa Geral de Depósitos, vemos o mau estado em que estão as floreiras e o jardim. Chamo pois à atenção do Executivo para uma melhor atenção na manutenção dos jardins e floreiras do concelho. Eu já nem falo nos Portais da Arrábida em Quinta do Anjo, pois falarei pessoalmente com o Sr. Presidente da Junta, António Mestre.

Relativamente aqui a um problema da mobilidade, é-nos aqui dito na página sessenta e sete do relatório de atividades que se efetuou neste período uma avaliação da proposta de alteração de circuitos de transporte público rodoviário apresentado pela empresa concessionária TST. Eu queria perguntar ao Sr. Presidente se diz aqui efetuou-se avaliação, se nós podemos ter acesso a essa avaliação foi efetuada pelo município ou então que nos esclarecesse também aqui alguns pormenores sobre essa avaliação dessa dita proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Sr. Membro Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Queria colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, primeiro relativamente ao Pinhal Novo, na avenida Alexandre Herculano, está um espaço comercial, uma pastelaria, com esplanada que na nossa perspetiva não está a cumprir o disposto no ponto dois, três, alínea a), linha três do anexo dois do Regulamento Municipal de Publicidade, Mobiliário Urbano e Utilização de Espaço Público, porque estão lá dois ferros fixos no chão, isto na esplanada, com trinta centímetros de altura que colocam em risco a circulação de peões naquele local. Pedimos que esta situação fosse regularizada.

Depois ainda no Pinhal Novo, na rua Manuel Godinho de Matos, houve ali um incêndio que deflagrou neste local e que fez com que uma viatura, que já estava ali abandonada há vários anos, ficasse totalmente destruída. Este incêndio ocorreu já neste mês, no mês de abril, e não foi até ao momento removida e achamos que, perante esta situação, é urgente que a Câmara proceda à remoção deste veículo porque ele constitui também um risco para a circulação de pessoas e para os moradores deste local.

Acerca do estacionamento para fins privados nós gostaríamos de saber, Sr. Presidente, se existe algum regulamento. Eu estive à procura na página da Câmara Municipal de Palmela e não encontrei nenhum regulamento sobre a utilização de estacionamento. Eu deparei-me na Vila de Pinhal Novo, mais em concreto na rua São Francisco Xavier, logo ali no início a partir da avenida Alexandre Herculano, com uma viatura para fins comerciais que está lá estacionada já há bastante tempo e que se note ela não circula naquele local, ela está ali constantemente naquele sítio e está um sinal de estacionamento privado e nós gostaríamos de saber em que circunstância é que são dados estes lugares de estacionamento privado.

Tendo em conta as notícias trazidas a público, por órgãos de comunicação social local, sobre a debilidade financeira do Centro Social de Palmela já no início deste ano, nós queríamos saber se a Câmara tem mais informações da real situação financeira desta IPSS e se os trabalhadores, e os utentes, desta Instituição Particular de Solidariedade Social, têm razões para estarem preocupados, mediante as notícias que foram veiculadas por estes órgãos de comunicação social local.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra o Partido Socialista, por favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Três ou quatro questões do relatório que leio cuidadosa e exaustivamente.

Página seis, fala de alunos apoiados com transporte para almoçar nas férias escolares. Eu gostava de saber quantos são no concelho que são, efetivamente, apoiados com transportes escolares para o almoço nestes períodos.

Ponto dois Queima do Judas. Está aqui no relatório de atividades a questão da Queima do Judas e eu, que também estive cá, enfim, por diversos fatores, mas tive, e já não é a primeira vez, digamos que em termos gerais o panorama é idêntico, mas já várias vezes temos aflorado uma série de aspetos que me parece que terão que ser melhorados, enfim, eu acho que têm que essencialmente haver alguma boa vontade de todos no sentido de haver um maior conforto de quem vem. Palmela, como sabem, é habitualmente fria, não as pessoas, mas o tempo, ventosa, e quem vem com jovens, crianças, aqui para o largo, para este largo de

São João, e espera aqui duas horas, até que todo o arraial da Queima do Judas chegue aqui, passa um pouco mal e passa pouco mal por dois ou três fatores que, se calhar, poderíamos tentar minimizar. O primeiro é, porque é que o momento daqueles a Casa Mãe Rota dos Vinhos está encerrada? Porque é que fechamos sistematicamente a Casa Mãe Rota dos Vinhos quando há atividades aqui? Depois, abrimos os Cine São João para, enfim, para irmos todos "verter as águas" que entretanto bebemos ao almoço, mas nem o bar do Cine São João está aberto, nem um espaço no Cine São João há para quem aguarda poder lá estar, portanto há aqui alguns aspetos que me parecem tão simples de resolver que nos aflige ciclicamente, e ano após ano, sistematicamente, serem os mesmos. É um alerta que deixo, são, enfim, pormenores que, eventualmente, se conseguem rapidamente superar e que ganharia claramente a atividade e as pessoas sairiam daqui com um gosto e com um conforto maior.

Relativamente à página trinta e oito, fala de munícipes que pediram atendimento ao município para esclarecimento e informações diversas sobre o processo de revisão do PDM. Como esta informação está autonomizada do quadro da página trinta e quatro, eu penso que serão muitos mas gostava de ter uma ideia de quantos são, efetivamente, estes munícipes que estão interessados e que pediram atendimento ao município por causa da revisão do PDM.

Na página trinta e nove, parece-me haver aqui uma incoerência, mas os senhores dirão melhor do que eu com certeza, já que no Observatório Económico e Social, no que diz respeito à produção de relatórios no período, no acumulado temos cinco e fala-se no "Dar de Volta" e "Fortalezas Abaluartadas" na avaliação de satisfação e no contrato local. Ou falta um relatório, ou há um a mais, ou são quatro ou são cinco, no quadro, página trinta e nove.

Ao nível do financiamento externo, é de saudar a aprovação das candidaturas que pressupõem uma comparticipação da autarquia no global de cerca de seiscentos e sessenta mil euros, não iria abordar isso agora abordaríamos com certeza um pouco mais à frente, e em relação à posição financeira da autarquia a trinta e um de Março, temos menos receitas, pagámos também um pouco menos, mas as despesas de atividade são inferiores e as receitas provenientes dos impostos são inferiores às do ano anterior em função objetivamente das receitas extra que existiram no ano de dois mil e dezasseis.

Gostava de perguntar que onze mil euros são estes que aparecem no quadro da página setenta e cinco. Na receita era uma dotação de um euro e entre janeiro e março receberam-se onze mil oitocentos e sessenta e nove euros, corresponde exatamente a quê? Se me conseguirem dizer, se não me conseguirem dizer agora também não tem problema, é uma questão que dispara aqui a este nível.

Último aspeto e prometo que é a última vez que falo dele. Na última sessão da Assembleia, não sei se foi na última, foi na sessão de vinte e dois de Fevereiro falámos aqui da questão relacionada com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que temos agora lá novos representantes da Assembleia Municipal, ou representantes indicados pela Assembleia Municipal melhor dito, e aparece de novo na página vinte seis o relatório da mesma, Comissão Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, enfim, sem nenhuma indicação de que os dados são da Comissão. Voltamos ao mesmo e eu já não estou aborrecido porque o Sr. Presidente não põe aqui que os dados são da CPCJ, que não são da Câmara, eu estou aborrecido porque o senhor, também, já não cumpre aquilo que diz e é isso que me aborrece, o que não cumprir da minha parte já dou de barato. O senhor disse na última sessão da Assembleia, aqui, quanto aos dados da CPCJ e vou ler Sr. Presidente, peço desculpa, mas é para não falhar nada, *"… Sr. Membro da Assembleia, eu até vou aqui confessar que, em minha opinião, para mim podem desaparecer do relatório e fica apenas uma lista, uma linha a dizer participámos, se o seu problema é a questão da gente estar aqui a confundir a atividade do município com os números, etc., a gente, põe lá uma linha participámos em "x" reuniões, tivemos lá não sei quantos dias, damos as instalações, pagamos isto, pagamos aqueloutro e não sei o quê, e eles sobrevivem com os novecentos euros que vêm do Estado Central…"*. Eu, na altura, tive ocasião de lhe dizer que não eram novecentos euros, não é correto, pela Câmara, são cerca de trinta e cinco mil euros ano, quero corrigir hoje, Sr. Presidente, são trinta mil novecentos e doze e, portanto, os seus novecentos euros estão realmente muito longe da realidade, esse trabalho de casa não anda a ser feito convenientemente. Ah, novecentos euros por mês, dá isto, dá trinta mil novecentos e doze? O senhor anda a fazer umas contas pior que ao Guterres na altura, desculpe lá. De uma vez por todas ou o senhor faz aquilo que diz retira "participámos em x reuniões" ou se o quadro vem tem que vir com uma menção. Eu já acho que não é de propósito, nem quero pensar que quem produz o relatório faz isto de propósito, mas o que é facto é que, sistematicamente, acontece isto e se isto voltar a acontecer eu não intervirei na Assembleia de junho sobre este ponto.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra agora da bancada do PSD/CDS."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu tinha aqui uma questão para colocar ao Sr. Presidente da Câmara, que foi decidido que se faria neste ponto, que é relativamente à Quinta do Anjo, ao pé da rotunda do Ovelheiro, no início da avenida Doutor António Matos Fortuna, está ali uns sobreiros assinalados para abate e prevê-se ali uma construção. Um membro da minha equipa já tentou saber através do Presidente da Junta de Freguesia, mas ele nunca sabe nada, portanto, eu queria que você me tentasse explicar.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra agora o MIM."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"É uma questão colocada aqui ao Sr. Presidente.

Na rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, no Pinhal Novo, Sr. Presidente, está um veículo abandonado, eu até lhe posso localizar é em frente ao lote número 126, curiosamente é onde a minha mãe mora e o meu filho, e esse carro está abandonado há variadíssimos meses com objetos pessoais lá dentro, contudo já existe para lá bichinhos debaixo do carro e ervas, portanto, era nesse sentido se poderia interceder porque é um estacionamento que está a menos e uma questão também de salubridade pública que não é aconselhável.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dou a palavra agora ao Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Boa noite, Sra. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, boa noite, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, caras e caros Munícipes, Comunicação Social.

Da leitura atenta à informação sobre a atividade municipal que foi disponibilizada gostaria de deixar aqui duas notas.

Em primeiro lugar, realçar com bastante positivo a adoção da linguagem inclusiva de género no documento, enquanto uma boa prática no que diz respeito ao tratamento da questão da igualdade de género. Sobre esta temática é com agrado que se constata igualmente referência no documento há um plano municipal para a igualdade de género. Não obstante, verifica-se também no documento original disponibilizado, nomeadamente na página número dezasseis, que o mesmo resume-se apenas um curto parágrafo, o que se considera muito reduzido para dedicar a uma questão tão atual e tão pertinente e que vai muito para além do Dia da Mulher que, aliás, é a única referência sobre este tema ao longo de todo o documento.

Em segundo lugar, gostaria de deixar uma sugestão ainda sobre o tema da igualdade. Na página número onze, na referência aos recursos humanos há uma informação relativamente ao total efetivo de

trabalhadoras e trabalhadores, ao dia trinta e um de março de dois mil e dezoito, num universo de oitocentos e noventa e um trabalhadores, cinquenta e cinco por cento são mulheres e quarenta e cinco por cento são homens. Pegando nestes números e comparando-os com o quadro da página doze, relativamente aos grupos profissionais, seria interessante num próximo relatório que viesse discriminada a distribuição por sexo no que diz respeito aos grupos profissionais, mais concretamente a distribuição em termos dirigentes e em termos de carreiras gerais, técnico, técnico superior, assistente técnica/o, assistente operacional, de modo a podermos ter uma leitura mais realista e concreta dos números sobre esta questão, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tinham pedido, PSD/CDS novamente."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eram só aqui duas questões, há aqui uma parte do relatório que é falado o mercado da reforma agrária em Pinhal Novo, eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente se a Câmara tem no seu plano alguma melhoria das condições para aquele mercado?

A segunda pergunta, e última, refere aqui na página trinta e oito que houve uma reunião com o Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura para enquadramento da situação urbanística das instalações do Teatro o Bando, em Vale de Barris. Gostava de saber o que se passou nessa reunião. Gostava também de saber como há tempos falámos, das instalações em Quinta do Anjo do Espaço Fortuna, se há já algum avanço na legalização das construções, pois anteriormente foi-nos referido existirem dificuldades com o Parque Natural da Arrábida. O mesmo acontecendo com os depósitos por detrás do cemitério de Quinta do Anjo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não sei se o Sr. Presidente ouviu, relativamente à Arte e Ofícios, também da Quinta do Anjo e era só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Dou a palavra agora ao MIM."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Peço desculpa não ter dado continuidade, mas surgiu aqui uma dúvida por parte aqui da bancada.

Talvez deveria saber o que é, mas como não sei tenho que colocar. Era para o Sr. Presidente se conseguisse explicar, ou discriminar, que na página cento e noventa e um aqui do manual da Prestação de Contas existe as transferências de capital despesa, onde existe uma série de prestação."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Ainda não estamos na Prestação de Contas."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Ok, então coloco depois, peço desculpa."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, senhora.

Estão todas as questões?

Peço desculpa, Mário Baltazar, MIM tinha pedido ainda uma intervenção."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa deixe que cumprimente toda a Mesa.

Teria aqui algumas questões para colocar ao Sr. Presidente da Câmara, mas sendo elas imensas vou escolher só algumas.

Em relação ao Chafariz Dona Maria I, em que neste momento a água está, ou seja, corre onde estava as torneiras está a correr mesmo por dentro das pedras para o chão. Todo aquele espaço está inundado, sujo, ou seja, está imundo, inclusivamente as águas verdes, cheia de verdete, as paredes estão praticamente todas elas danificadas e a cair, isso é uma das questões.

Subindo a Hermenegildo Capelo, logo a seguir à Varanda Azul, temos ali aquele muro que está a cair também, ou seja, a pouco e pouco vai caindo. Antigamente, para quem se lembra, ali eram umas antigas casas de banho públicas, há muitos anos atrás, mas aquela parede está minada de raízes de uma figueira que está a fazer com que aquela parede esteja mesmo a cair e um dia destes vai cair de vez em cima de quem estacionar os carros, por vezes muita gente ali o estaciona, e poderá também acontecer isso.

Uma outra questão, que já agora também levanto, o Largo da Boa Vista. Temos os candeeiros em péssimo estado, um deles sem globo, mas o mais grave para mim não é o estado em que os candeeiros estão mas sim, a forma de proteção das caixas eletrificadas que estão presas com um pouco de plástico com uma braçadeira a tapar aquelas entradas, ou seja onde fazem as ligações a caixa que está cá na parte inferior. Gostaria de saber até quando, porque quando descemos depois das escadas continuamos a ver os candeeiros no mesmo estado e se realmente a autarquia tem ou pensa numa resolução daquele problema, porque eu hoje passei por lá, vi, e consegui mexer e aquilo sai muito facilmente, qualquer criança poderá fazê-lo, não sei se eles estão em carga ou não, mas poderemos ter ali perigo caso eles estejam em carga.

Teria muito mais questões, mas poderei fazê-las depois a posteriori.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Então Sr. Presidente tem a palavra por favor para as questões que entender responder."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Agradeço, também, às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia as questões colocadas.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto:

- Requerimento sobre as questões da recolha do lixo, eu creio que a resposta foi preparada e foi enviada, não sei se já chegou à Mesa da Assembleia para lhe chegar. Entretanto o que posso dizer desde já é que nós também temos o barómetro da satisfação das reclamações, etc., e que, com exceção de um período em que houve durante três dias a avaria de três viaturas mas que depois tivemos que fazer recurso em

outsourcing para uma das voltas, as situações têm estado mais ou menos normalizadas e sem qualquer circuito em atraso seja na recolha de monos seja na recolha de resíduos sólidos urbanos.

- As floreiras junto à Caixa Geral de Depósitos, vamos averiguar, mas também convém referir, Sra. Membro da Assembleia, que foi feito um investimento considerável no início da primavera e penso que pôde verificar junto aos muros namoradeiros, junto por exemplo à rotunda do Brinda Palmela, entre outros sítios muitos outros, eu sei o que é que assinei e sei o que é que o Sr. Vereador também articulou com os serviços. Fizemos um grande investimento na aquisição de plantas da época mas, infelizmente, há quem roube as plantas e também é um problema complicado que uma coisa que está muito bonita, o melhor é fotografar logo, é o que eu digo, fotografem já, amanhã não sabemos como é que está, mas vamos ver o que é que se passa com essas floreiras.

- Relativamente à avaliação dos TST resumir-lhe-ia a questão da seguinte forma: os TST, naturalmente, perante o facto de a Área Metropolitana de Lisboa, e mesmo hoje de manhã estive no Conselho de Metropolitano onde aprovámos um documento, uma revisão, uma abertura de concurso, ir abrir um novo concurso para a prestação de transporte público rodoviário para toda a Área Metropolitana, um concurso internacional que terá de estar concluído em novembro de dois mil e dezanove, têm vindo a procurar junto dos municípios onde tem serviço e onde tem concessões, a apresentar um conjunto de propostas muitas delas induzidas pelos próprios municípios, como é o caso do Município de Palmela, e eu já várias vezes disse aqui e tornei público quais são as nossas propostas para as zonas transporte flexível, quais são as nossas propostas para a Penalva/Quinta do Anjo, Baixa de Palmela, vaivém Poceirão/Marateca, enfim, e os TST sabendo dessas nossas propostas, porque é membro permanente do Conselho Municipal de Mobilidade, procurou fazer o seu próprio estudo a par do estudo que o município mandou elaborar a uma empresa da especialidade e veio apresentar-nos algumas propostas de trabalho. Esse estudo, primeiro é insipiente porque não basta dizer transporte flexível para ali, é preciso dizer como, com que periodicidade, depois tem um pressuposto que é para aceitar as novidades, aquilo que nós queremos, querem acabar com outras carreiras e os municípios, por unanimidade, no Conselho Metropolitano não admitem que até a nova concessão, como é óbvio, haja qualquer supressão de carreiras. Estamos disponíveis para aceitar qualquer novidade que os TST, ou outro operador qualquer, queiram experimentar no nosso território mas não a troco da supressão das concessões das carreiras que estão em concessão até dois mil e dezanove, faço-me entender? Os TST, inclusivamente, já foram apresentar o estudo dos vários municípios, ao próprio grupo de Vereadores da Mobilidade do Conselho Metropolitano e é um estudo como muitos outros e posso adiantar-lhe que tem algumas respostas que vêm ao encontro dos problemas que nós diagnosticámos, mas que não está em condições de merecer sequer uma apreciação final. A nossa posição final sobre o estudo é quando vocês concretizarem a metodologia e é em sede de Conselho Metropolitano, porque não sei se os senhores se lembram mas este município, com exceção do Município de Cascais na Área Metropolitana de Lisboa todos os municípios delegaram o tratamento destas questões do novo concurso, etc., no Conselho Metropolitano, na Área Metropolitana de Lisboa, que se constituiu como Autoridade de Transporte e que connosco trabalharam nas soluções para o nosso território.

Sr. Membro Carlos Oliveira:

- Avenida Alexandre Herculano, esplanada, eu e o Sr. Vereador conhecemos a situação, foram notificados nos termos legais e regulamentares para proceder à retirada daquilo que não está em conformidade e há alterações até no zonamento e na colocação de outro mobiliário, floreiras, árvores, etc., que nem sempre estão em conformidade com o regulamento.

- Sobre o incêndio que referiu, a viatura incendiada, eu pessoalmente desconhecia que era uma viatura sinalizada como abandonada não sei se o Sr. Vereador tem essa nota, mas devo dizer, até respondendo já ao Membro Luísa Paulino do MIM tal como acontece com a viatura referente ao cento e vinte e seis da Rua Gago Coutinho, são viaturas penhoradas à ordem do tribunal e que não obstante a fiscalização lá ter colocado o selo, ter feito todas as notificações, o tribunal não permite que o carro seja retirado. Não sei se na rua Manuel Godinho de Matos foi esse o caso, sei que mandámos gente ao local para limpar aquilo que lá ficou na sequência do incêndio, a pedido de moradores, mas desconhecia que ainda lá está a carcaça, vou dizer assim, dessa viatura e vamos procurar saber porque nesse caso, enfim, a não ser que o tribunal queira vir buscar aquilo para vender mas aquilo vai ter que ir para abate.

- O estacionamento para uso privativo na rua São Francisco Xavier, ora bem o estacionamento para uso privativo também deverá estar, se não estou em erro, no mesmo Regulamento de Ocupação de Espaço Público e é possível mediante o pagamento de uma taxa e devidamente justificado o uso. Por exemplo no caso dos cidadãos com mobilidade condicionada, e isso tem que corresponder também a alguns critérios de incapacidade devidamente atestado, há normas para o efeito, o município concede, e sabe que em Pinhal Novo é um dos locais onde existem, se calhar, quase uma centena, a utilização de um lugar de estacionamento para uso privativo a custo zero. Tratando-se de uma firma e eu também identifico o local, penso que existirá pagamento mas podemos conferir, eu não tenho aqui condições para lhe dizer porque esses processos não passam por mim, passam pela Administração Geral e pelo Espaço Público. Está o Sr. Vereador Adilo a recordar-me que relativamente ao Regulamento de Estacionamento há uma coisa antiga mas que temos um novo Regulamento em elaboração que, aliás, é um compromisso atualizá-lo porque há alterações legislativas e teremos certamente este ano, uma proposta para debater aqui neste fórum que é, aliás, o órgão deliberativo por excelência.

- Situação financeira do Centro Social de Palmela é, de facto, preocupante mas devo dizer que para além dos apoios pontuais do município quer para a reabilitação do espaço e para outra coisa que falarei de seguida, o município durante a semana de Palmela, que teve encontro com várias instituições sociais, naturalmente elegeu essa como uma das instituições sobre a qual tínhamos que refletir conjuntamente. Em boa hora mediámos uma reunião com a Senhora Diretora Distrital da Segurança Social e ficou previsto o recurso ou ao Fundo de Emergência Social do Instituto de Segurança Social ou na impossibilidade de haver apoio desse fundo a disponibilidade para um outro mecanismo de apoio por parte do Estado Central relativamente a esta instituição e também, felizmente, já começam a dar ouvidos ao que temos aprovado nas reuniões de Câmara, que é a reivindicação para que haja um novo programa Pares para equipamentos sociais, para comparticipação em obras, sejam equipamentos sociais novos, etc., etc., até porque na AML foi dada prioridade e é, de facto, uma necessidade aos equipamentos para a deficiência, mas é errado dizer-se que já temos muitos centros de dia e lares e muitas outras respostas que não é. Podemos ter uma cobertura razoável mas, de facto, com a longevidade há muitas outras instituições no distrito e em particular no concelho de Palmela que precisam desse programa para poderem concretizar os seus projetos. Uma delas, a Associação do Bairro Alentejano que vai lançar a primeira pedra da sua obra, no dia vinte e nove, mas exclusivamente às suas custas, dinheiro angariado pelos seus associados e comunidade, e de um protocolo que assinou com a Câmara e que só não recebeu dinheiro o ano passado porque a primeira pedra vai ser lançada no dia vinte e nove. Mas ainda sobre o Centro Social de Palmela penso que também tornei público que o município, no âmbito do Pacto para a Coesão e Desenvolvimento Territorial da AML, na prioridade de investimento para equipamentos sociais/creches, que é também uma discriminação que houve no pacto, é a única, aliás, propôs e envolveu o Centro Social de Palmela na sua candidatura ao pacto para a reabilitação, ampliação, requalificação do Centro Social nesta área da creche e todas as outras instalações confinantes. É um investimento na ordem dos trezentos e tal mil euros, que terá certamente cinquenta por cento de cofinanciamento e que o município, depois, os outros cinquenta por cento procurará dividir com o Centro Social apoiando esta obra de qualificação importantíssima. Mais, levaremos em breve a reunião de Câmara um protocolo para que isto seja devidamente firmado, e a emergência para levarmos já o protocolo é porque para o projeto, que é fundamental para a maturidade da candidatura, porque o aviso está aberto e ainda vai demorar uns meses a entregar é até final de junho, o município avança já com o protocolo para cofinanciar, também, os projetos de arquitetura e de especialidades para a referida obra. Estamos a procurar não só pressionar a Administração Central para que cumpra também o seu papel de apoio a quem tem substituído o Estado nas respostas de proximidade na área social mas o município está também a assumir-se como parte da solução.

Sr. Membro José Carlos de Sousa:

- Quantos alunos foram apoiados nos transportes escolares neste período em concreto, vinte crianças, foram mais as que almoçaram, mas são vinte crianças que tiveram necessidade de transporte e são do Poceirão/Marateca, nas outras freguesias não houve necessidade de transporte e também houve zonas que não houve necessidade de alimentação nas interrupções.

- Queima de Judas, eu registo, naturalmente, os contributos e a opinião do Srs. Membros da Assembleia, eu volto a referir o senhor pergunta porque fechamos a Casa Mãe Rota dos Vinhos? A Casa Mãe Rota dos

Vinhos pertence a uma associação independente da Câmara, a Câmara faz parte dos órgãos sociais, investiu ali com o património que ali está, e com outras coisas, mas é uma associação que define, enfim, o horário de funcionamento, o descanso dos seus funcionários, aliás estando presente como está em vários eventos, também, em representação dos vinhos da Península e do Município de Palmela eu não sei quando é que aquela gente para. Mas para lhe dizer que procuramos sensibilizar, olhe também gostava que o comércio local, os cafés, etc., tivessem abertos à noite em Palmela, a partir das nove horas, eu gostava, aliás noutros sítios dizem, e eu recebi recentemente até um recado aí nas redes sociais "façam mas é coisas aqui, porque o comércio precisa aqui de atividade para vender e tal", pois aqui fazemos e o comércio está fechado, ok! Comércio, restauração, está fechado nestes dias, salvo raríssimas exceções, mas dizer-lhe que já agora para ficar a saber nós costumamos desafiar as coletividades para que, nestes dias, tenham aqui bares e equipamentos de apoio. Só os Ausentes do Alentejo é que arregaçaram as mangas e costumam ter aqui um barzinho de apoio e que, naturalmente, o São João está aberto para quem precisar de se sentar, de se resguardar do frio ou para quem precisar de ir aos sanitários e, de facto, também o bar do São João, a Associação dos Serviços Sociais a quem atribuímos o bar do São João também tem o bar a funcionar quando efetivamente há lá eventos que o justificam, isto é um evento de rua, é como a questão do conforto, etc., olhe para mim foi a edição mais participada de sempre e, portanto, há aqui outras pessoas que acompanharam, o senhor também, teve o maior número de grupos a participar e foi uma enchente em Palmela, eu não estava à espera de tanta gente e fiquei muito feliz porque é, de facto, uma tradição que está a ganhar um grande folego, mérito também para os grupos participantes porque são eles que fazem, de facto, um grande evento, nós investimos na qualificação do Judas, estava bonito e depois foi todo queimado no fogo-de-artifício e gostei de ver que muita gente que nos visitou de concelhos vizinhos ficou agradada, mas pronto olhe se estivesse a chover havia de ser bonito, mas registo a sua opinião.

- Munícipes, quantos solicitaram atendimento? Não lhe consigo dizer, mas ouça, deixem-me sempre dizer isto, eu, mesmo, recentemente estive com autarcas de Lamego, de Reguengos, de Torres Vedras, de Alenquer e durante a viagem de trabalho que tivemos fui a preparar este relatório e alguns quiseram ver o Relatório da Atividade Municipal de Palmela e todos disseram que isto era um nível de detalhe elevadíssimo e exemplar, mas ainda bem que o detalhe suscita ainda mais dúvidas, ou mais questões, agora há de convir que eu não lhe consigo dizer. Se o Gabinete do PDM diz que grande parte da sua atividade é atender pessoas e é dar pareceres informações à DAU que sistematicamente para regularizar situações pede ao GPE que diga "isto está a equacionado? isto vai ser possível na revisão?" eu não lhe consigo dizer quantos, mas se não a gente faz mais um quadro, vamos tentar. Agora também lhe digo que não vamos andar alterar a estrutura do Relatório todas as vezes.

- Relativamente a isto vamos aqui falar um bocadinho da CPCJ, aquilo que eu disse foi naturalmente à guisa de desabafo porque eu tenho opinião diferente da do senhor. Nós não queremos tutelar nem queremos apresentar o trabalho da CPCJ como trabalho do Município, isto já foi esclarecido Sr. Membro da Assembleia, agora se a Assembleia, e eu pergunto aos Srs. Membros da Assembleia que devem conhecer a realidade social do Concelho, menospreza este tipo de dados e acha que eles na devem vir aqui a gente acaba com eles, mas eu digo-lhe, eu não concordo consigo e não sei se os outros Membros da Assembleia concordam. Acho que é importantes os Srs. Membros da Assembleia saberem que há muitas crianças em risco, que há muitas disfunções sociais nas famílias, que são acompanhadas, e que há casos de droga e que há casos de violência, eu acho que isto é importante e nós somos intervenientes políticos e, portanto, devemos ter acesso a estes dados e devemos saber tratá-los com sigilo, enfim, e aproveitá-los para a nossa intervenção no sentido de procurar perceber os fenómenos sociais. Quanto aos números, o número que lhe dei foi um número que me foi aqui referido e, portanto, também não tenho a veleidade de acertar em tudo, mas também jogo pouco no totobola, porque geralmente gosto de falar só daquilo que sei, eu dei-lhe um número porque foram números que me estavam aqui a ser sugeridos, que é novecentos para isto, novecentos para aquilo, agora não tenha dúvidas Sr. Membro da Assembleia que o investimento do município é incomensuravelmente superior. Instalações, funcionários de apoio, limpezas, é tudo à custa dos municípios, eu gostava, dado que isto é tutelado pelo Estado Central, é que tivessem uma coisa destas, lá está, isto é as tais pseudos descentralizações porque, como sabe, os trinta e cinco mil euros não pagam o funcionamento e era bom é que a CPCJ tivesse professores para acompanharem as questões do apoio educativos, e estivessem lá sempre presentes os da saúde que faltam, os da educação coitados também têm que faltar porque alguns professores, ainda por cima, vão para lá obrigados quando têm o trabalho nas suas

escolas e deviam de ter horas, efetivamente, para aquilo. Há muitas coisas a melhorar na CPCJ, mas eu sei que não foi essa a questão que colocou, mas permita-me este desabafo.

- Esta questão de um euro e os onze mil oitocentos e sessenta e nove eu não sei se o Dr. Paulo Pacheco sabe o que é, agora Sr. Membro da Assembleia para quem nos ouve perceba minimamente do que é que estamos a falar você tem dentro dos impostos diretos outros, que é qualquer outra coisa que não esteja previsto naqueles quatro grandes ou cinco impostos, e dentro dos outros olhe entram juros, se calhar, não sei se entra ali ou se entra noutro capítulo, bom, entram outras coisas que não podem ser classificadas e, portanto, foi uma receita de onze mil euros. Porque é que tinha um euro? Porque temos de ter aberto que é para poder receber qualquer coisa inesperada. É só uma explicação, mas eu não lhe consigo responder agora.

Sr. Colin Marques:

- Os sobreiros assinalados para abate junto à rotunda do Ovelheiro, fazem parte de um terreno da SAPEC, portanto, não tem nada que ver com o município, nem o município fiscaliza, nem tutela essas situações, a Autoridade Florestal Nacional e o ICNF é que dão autorização para os abates. O que lhe posso dizer também com toda a transparência sem problemas, porque não tenho que o ocultar informação nenhuma pelo contrário, é que nós já registámos três pretensões para aquele local, pretensões de estabelecimentos comerciais para aquele local, e o proprietário é a SAPEC se consegue ou não abater os sobreiros é com o ICNF e com a Autoridade Florestal Nacional.

Sra. Membro da Assembleia Patrícia Caixinha:

- Plano Municipal de Igualdade de Género, quando ele estiver concluído, se calhar, deixa de aparecer no Relatório, mas pronto, é um processo em construção. Nós temos um protocolo com a SEIES - Cooperativa de Serviços e Solidariedade Social, já deve ter ouvido falar, temos um protocolo inclusivamente com a CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e quisemos fazer uma coisa muito ambiciosa que, naturalmente, demora mais tempo. Já agora como sabe, nestas e noutras matérias, está hoje em uso dizer-se que é necessário fazer *benchmarking/benchlearning*, eu já tenho alguns aquilo é quase um copy cola, mas nós não queremos ter um plano apenas para ter um papel com um conjunto de princípios, nós queremos é que no dia-a-dia, na nossa ação, procuramos, de facto, valorizar o papel do feminino na vida da sociedade, da vida em política e na vida da nossa organização. Acolheremos a sua sugestão até porque, por ocasião das…, mas está cá, se calhar, não, não, não, Sr. Membro é que está na Prestação de Contas, já está trabalhada, mas ia dizer-lhe que nós apresentamos isto assim mais detalhado, precisamente quando fazemos aí os encontros com as nossas trabalhadoras e trabalhadores e também algumas ações durante o mês de março, mas que aqui no relatório como isto tem estado estruturado assim foi mais fácil atualizar os números, mas vamos procurar seguir a sua sugestão. Quanto ao Plano qualquer dia vamos ter novidades e faço questão que os Membros da Assembleia Municipal estejam, naturalmente, envolvidos também quando o Plano for, enfim, com para discutirmos mesmo antes de pôr eventualmente aí em aprovação.

Sra. Membro Rosa Pinto:

- Melhoria das condições para o mercado da reforma agraria, bom, eu conheço mercados de ar livre desta natureza de norte a sul do país e não considero que haja ali, também, nenhum problema ao nível das condições. Agora o que nós entendemos que devemos ter ali faz parte de uma candidatura que apresentaremos amanhã a um programa, que é gerido pela ADREPES, dos circuitos curtos que é uma das linhas de financiamento para valorização dos mercados locais de proximidade e a nossa candidatura engloba o mercado de Quinta do Anjo, sobretudo na componente obra/requalificação e, naturalmente, depois a dinamização e para Pinhal Novo posso aqui levantar-lhe o véu, a nossa intenção era ter já naquele espaço um sistema de toldos, que serve simultaneamente para aquilo que vulgarmente se vêm nas grandes superfícies para abrigar os carros ou para terem ali os carros à sombra ou menos chuva, porque me parece esteticamente mais interessante do que cada um montar a sua barraquinha, eu acho que é mais tradicional, tem depois o inconveniente quando se quiser fazer ali alguma atividade ou lançar ali alguns foguetes nas

festas lá vão os toldos à vida, isto sou eu já a pensar, mas vamos montar ali um sistema de toldos e de coberturas possivelmente até logo à saída do mercado, porque é nossa intenção passar alguns dos vendedores do mercado de produtores para a zona que está ali com aquele pavimento, com aquelas pedrinhas, coloca-lo logo nas portas ao lado da entrada sul do mercado municipal para libertar mais uma zona de estacionamento. Há outras novidades aqui também para o mercado de Palmela também temos, para quem vende no exterior, para os mercadinhos, é uma candidatura onde vamos procurar ir buscar financiamento para esse investimento de qualificação desses espaços.

- Não lhe consigo dar aqui pormenores da reunião com o Sr. Secretário de Estado, agora aquilo que procuramos fazer com o Sr. Secretário de Estado é uma coisa que já fiz no mandato anterior e consegui que a anterior Secretária de Estado exarasse um título de reconhecimento de Interesse Público Cultural de ambas as instalações para facilitar a questão com o Parque, porque o problema é com o Parque, e apesar de se falar em revisão do POPNA que nunca mais acontece e agora o que se fala é da recondução, como é dito aqui, do POPNA para os instrumentos de Ordenamento do Território que é obrigatório, não é novidade nenhuma, o problema é que com o Parque a gente não se entende. O Parque inclusivamente tem estado a alterar posições de pareceres que já deu sobre algumas construções e agora tem novos pareceres a anular as licenças dessas construções. Já vi coisas que nunca pensei poder ver, mas este é o nosso trabalho de magistério de influência para tentar resolver o problema destes dois grandes equipamentos. No caso, penso que Artes e Ofícios referia-se ao Espaço Fortuna, é uma questão em que nós até estamos convictos que temos razão há muitos anos porque, de facto, há ali uma possibilidade de redefinição do limite do perímetro urbano de Quinta do Anjo que resolvia logo aquele cantinho, mas como deve calcular e quando estivermos aqui qualquer dia a falar, lá muito mais para o final do ano, da revisão ao Plano Diretor Municipal uma coisa são as nossas propostas outra coisa é aquilo que as entidades aprovam. A senhora lembra-se que já trouxemos aqui sessenta e seis processos de reconhecimento de interesse municipal para regularização de algumas atividades económicas, é um descalabro quer o ritmo das aprovações, o ritmo das reuniões de concertação e o dito por não dito, como a Sra. Vereadora dizia o tal funil "eh pá o Governo criou isto vai ser muito bom" e depois aquilo começa a estreitar e é só para dizer que foi sobretudo e porque os Secretários de Estado também mudam termos que trazê-los cá ao terreno que é para ver se eles, com os seus colegas de Governo, conseguem junto do Ambiente do Ordenamento do Território que tutela o ICNF, etc., perceber que há aqui coisas que têm que ser salvas e o Parque tem que ser respeitado, mas nós estamos a falar de um do equipamento cultural que tem perfeita integração na paisagem e que tem tudo ambientalmente sustentável desde o tratamento de águas, enfim, há soluções. Foi isso que procuramos fazer e também são reuniões técnicas de trabalho, eu não participo nelas participam técnicos, participam Vereadores, já participei no passado, agora acho que o caminho está aberto.

Sr. Membro Mário Rui:

- Chafariz D. Maria I, dizer-lhe que, de facto, temos a situação identificada e a questão da limpeza está programada. A questão identificada é muito complexa, porque nós temos estado a equacionar e só não o fizemos já para a próxima revisão ao orçamento, que vamos trazer à câmara a antecipação da verba para uma nova intervenção no espaço, porque a solução técnica não está encontrada e ao contrário do que as pessoas possam pensar a Câmara não manda para ali um pintor ou contrata uma empresa e pode ali dar uns rebocos e umas pinceladas. Toda a intervenção tem que ser aprovada pela Direção Geral do Património Cultural, que até escolhe a marca das tintas e o tipo de tintas que utilizamos e que depois dá naquilo. Nós investimos ali durante o anterior QREN e, de facto, não durou o tempo que os tais técnicos que aprovam estas coisas dizem que durava e depois há ali outras questões por detrás, o senhor conhece a mina de água, etc., que tem que ter ali outro tipo de tratamento e estamos, neste momento, a procurar fazer um caderno de encargos para uma análise técnica que tem que ser depois aprovada pela Direção Geral do Património Cultural e assim que houver aprovação nós faremos as alterações ao orçamento necessárias para tratar condignamente aquele monumento e que é uma das entradas de Palmela que queremos ter nas melhores condições, também não gosto de ver aquilo assim como deverá calcular.

- Hermenegildo Capelo, Varanda Azul, muro, esclarecer que há uma parte que é municipal e outra a parte que é privada, daquele muro. O particular foi notificado e na parte municipal autorizei uma despesa no sentido de fazermos a preparação do tratamento das fissuras, do reboco, etc., etc., para incluirmos depois no processo "2(de)Mãos por Palmela", e estão todos convidados também quem quiser participar connosco,

nessa jornada de pinturas. Para já vamos entregar a uma empresa da especialidade o tratamento daquele grande muro, depois a pintura nós achamos que sabemos borrar paredes lá em casa vamos todos também tentar dar uma mãozinha com muitos voluntários no "2(de)Mãos por Palmela".

- Largo da Boavista, candeeiros, foi solicitado orçamento à EDP, temos várias vezes proposto à EDP, para o plano de investimentos a EDP assumir aquela obra, mas dizer que não há motivo para alarmismo relativamente aos cabos porque as caixas estão isoladas e desligadas, fizemos essa verificação e tivemos esse cuidado de o fazer. Esperamos que a EDP nos dê o orçamento quanto antes, ou fazem eles no plano de investimentos, ou fazemos a meias, também já fizemos noutras alturas, estamos disponíveis para modernizar aquele espaço e são treze candeeiros, o Sr. Vereador tem isso recenseado, temos falado disso.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos rapidamente passar ao ponto número dois e ao entrarmos nesse ponto, eu recordo que o nosso Regimento diz que a Assembleia termina à meia-noite.

Vou pedir ao Sr. Presidente que seja muito sucinto na sua apresentação, que se reserve, sobretudo, para as questões colocadas e à meia-noite avaliaremos, está bem?"

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2017

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vou prescindir com prejuízo para as Sras. e os Srs. Munícipes que assistem da leitura da introdução, pedindo, naturalmente, que ela conste em ata. Digamos que a introdução, que tem aqui alguns capítulos, também procura sistematizar alguns aspetos que consideramos essenciais do trabalho que decorreu ao longo do ano, acho que já dei aqui um bom contributo para andarmos mais depressa, já quanto à proposta fazia questão porque estamos a prestar contas e há aqui um conjunto de indicadores económicos que temos de revisitá-los.

Esta Prestação de Contas reflete o ligeiro crescimento da receita municipal relativamente à proposta inicial e no capítulo referente ao relatório de enquadramento da política orçamental. Apesar do valor arrecadado no ano, cerca de quarenta e um vírgula nove milhões, ser o mais alto do quadriénio ainda estamos muito distantes dos valores arrecadados nos anos anteriores à crise financeira e económica. Por acaso o nosso relatório tem estado profusamente ilustrado com alguns gráficos e dá para ver aqueles anos bons em que as Derramas eram oito milhões. Depois só para recordar, por exemplo, entre dois mil e sete de dois mil e dez o valor mais alto arrecadado foi de quarenta e nove vírgula cinco milhões, ainda estamos longe, e a média dos quatro anos foi de quarenta e cinco vírgula quatro enquanto no quadriénio de dois mil e catorze/dois mil e dezassete o valor mais alto arrecadado foi de dois mil e dezassete e a média dos quatro anos situou-se nos quarenta virgula sete milhões.

Em dois mil e dezassete confirma-se a expectativa de melhoria da conjuntura económica, bem expressiva sobretudo no crescimento do IMT- Imposto Municipal de Transações sobre Imóveis, o pessoal começou para aí a comprar terrenos e casas outra vez, mas com reflexo ainda ténue nas contas do município. Nas receitas próprias tivemos mais seiscentos e vinte e nove mil euros de IMT do que o previsto, taxas, coimas e penalidades mais novecentos e setenta e um mil euros, venda de bens e serviços mais trezentos e cinquenta e dois mil euros que apresentam um desempenho positivo em dois mil e dezassete, mas em sentido inverso destacam-se reduções no IMI, menos quinhentos e noventa e cinco mil euros e na Derrama, inexplicavelmente, menos duzentos e cinquenta e quatro mil euros, eu tenho uma explicação, mas reservo-me para as questões. Registou-se contudo, fruto da grande medida do rigor e prudência na estimativa da

receita, uma elevada taxa de execução da receita, cento e um vírgula quatro por cento, também não nos enganamos muito, a terceira mais elevada desde dois mil e oito.

Os impostos diretos apresentam um valor de dezanove vírgula três milhões de euros, assumem no seu conjunto maior peso, quarenta e seis vírgula um por cento do total da receita arrecadada, e em termos absolutos verificou-se um decréscimo de cerca de noventa e três mil euros relativamente a dois mil e dezasseis. Os indiretos apresentou uma evolução positiva significativa, percentualmente, mais trinta e seis vírgula quatro por cento em comparação com o valor de dois mil e dezasseis, mas reparem trata-se apenas de mais de duzentos e cinquenta e quatro mil euros e decorre em grande medida das taxas de ocupação de subsolo referentes a dois mil e dezasseis que foram recebidas no início de dois mil e dezassete, isto anda sempre um bocadinho aqui em atraso o recebimento de algumas destas taxas. Eu confirmo que, de facto, houve uma maior dinâmica em volume de processos na área do Urbanismo, mas ainda assim tendo sido feitas as liquidações, para quem está menos familiarizado com esta linguagem a liquidação não é o recebimento, é a produção do documento para o recebimento grande parte dos pagamentos, até porque quando se emite uma taxa, você tem noventa dias ou tem um ano para levantar o alvará, portanto estão a ver as pessoas pagam no ano seguinte, portanto, poderemos vir a ter agora em dois mi e dezoito um crescimento dos loteamentos e obras, como não se verificava há muitos anos, mas vai ficar ainda muito longe, mas estes duzentos e cinquenta e quatro mil euros ainda são muito incipientes. Depois há aqui um aumento nas taxas coimas e penalidades, que vocês hão de pensar "bom o pessoal anda para aqui a aplicar multas com fartura", por acaso, aplicamos e bem aplicadas, mas não tem que ver com isto. Recordam-se que foi uma batalha grande dos municípios para virem a receber aquilo a que tinham direito que é os juros de mora dos processos de execução referentes a anos anteriores de IMI e de IMT, e ao fim destes anos todos conseguiu-se com o atual Governo que esta questão fosse clarificada junto da autoridade tributária e daí o município ter conseguido arrecadar de muitíssimos anos, um vírgula dois milhões de euros, que é dinheiro seu e que lhe competia receber e há mais para receber não só destas coisas, é o célebre incumprimento da Lei das Finanças Locais e hoje há bons estudos da Associação Nacional de Municípios que refletem bem como as coisas não estão a bater certas e estamos mesmo, está o Estado Central a ficar ali com uns dinheirinhos que deviam ser das autarquias.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de quarenta e um vírgula nove milhões de euros e uma despesa de quarenta e um vírgula cinco milhões, obteve-se um saldo orçamental de mais trezentos e cinquenta e um mil euros a que acresce o saldo transitado de dois mil e dezasseis que vínhamos poupando aqui por causa deste volume de investimentos que vamos ter agora neste ciclo, cerca de cinco vírgula oito milhões de euros transitando para dois mil e dezoito, um saldo de seis vírgula um milhões de euros.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de quarenta e um vírgula cinco milhões, mais zero vírgula seis do que dois mil e dezasseis, dos quatro vinte e dois vírgula um milhões afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja mais de metade do valor da despesa total tem que ver com atividade, com investimento, com trabalho desenvolvido.

A taxa de execução de pagamentos foi de oitenta e oito vírgula dois por cento, mas já agora dizer que embora estes sejam oitenta e oito vírgula dois por cento os compromissos que estavam feitos iam aos quarenta e três milhões, porque há coisas que transitaram em termos de pagamentos para o ano seguinte e há obras que foram reprogramadas de que já falaremos.

As despesas com pessoal no valor de dezassete vírgula oito milhões, sofreram um acréscimo de um vírgula nove por cento comparativamente com o ano anterior e remuneram um total de oitocentos e noventa e dois trabalhadores, que é o número mais baixo desde dois mil e dez. Isto tem a ver com o quê? Bom, é por uma boa razão por um lado para a atualização dos vencimentos do salário mínimo e ainda, infelizmente, há muitos trabalhadores da autarquia a receber o salário mínimo e os encargos com saúde, seguros e prestações sociais que também aumentaram.

As despesas de capital de investimento tiveram um acréscimo de quatro vírgula nove por cento, mais cento e oitenta e quatro mil euros, o que representa o valor mais alto em termos absolutos no quadriénio, três vírgula nove milhões de euros, fixando-se a taxa de execução em sessenta e um vírgula cinco por cento. Mas atenção que o total das despesas de capital foi de setenta vírgula cinco por cento, mas aqui estamos a falar de investimento propriamente dito.

A aquisição de bens e serviços, registam um total de pagamentos no valor de catorze vírgula seis milhões, comparativamente a dois mil e dezasseis cresceu mais trezentos e sessenta e seis mil euros, mas isto tem que ver fundamentalmente com o esforço que fizemos de aquisições de serviços para a remoção de monos e resíduos sólidos urbanos.

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, respeitando integralmente o princípio do equilíbrio orçamental.

Quanto à lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso no total de dois vírgula um milhões, não existe qualquer valor de faturas em atraso correspondendo, daquilo que está em dívida, novecentos e vinte e cinco mil euros ao acordo de pagamentos com a SIMARSUL, que não conta para esta legislação, e que ficará saldado em outubro de dois mil e dezoito. Do restante, os outros oitocentos e quarenta e nove mil euros são faturas em receção e conferência e trezentos e sete mil euros referentes a dívidas com prazo inferior a noventa dias, mas são tudo coisas que estão em trânsito e que depois foram pagas em janeiro e fevereiro. Já agora dizer que os dois vírgula um milhões baixou, relativamente a dois mil e dezasseis, oitocentos mil euros, que era dois vírgula nove. À mesma data estavam por receber dívidas ao município, cerca de dois vírgula três, não perdão, sete vírgula quatro, não, ainda tenho proposta com o erro que dei com ele uma hora antes da reunião de câmara.

Algumas notas finais porque é importante referi-las. Na despesa cinquenta e três vírgula um por cento da despesa está afeta ao plano de atividades e investimentos, quarenta e dois vírgula nove por cento a despesas de funcionamento de pessoal, aliás.

Importante referir que o serviço da dívida passou de dois vírgula sete milhões de euros para um vírgula nove milhões de euros, ou seja voltámos a abater ao serviço da dívida setecentos e noventa e sete mil euros.

As receitas de loteamentos e obras que ainda há pouco estava a comentar, podem ver no gráfico duzentos e vinte e seis, houve um ligeiro crescimento das transferências do estado, mas atenção que este crescimento tem um peso relativo apenas dezanove vírgula quatro por cento do total da receita arrecadada, o gráfico da evolução da receita na página duzentos e vinte e oito ilustra estes aspetos. é notório também o aumento do investimento, é notório quer dizer é de sublinhar, na medida em que continua a crescer e foi o mais alto do quadriénio, esperávamos ter ido muito mais além mas há aqui, porque já sei que os senhores vão falar nisto, "ah e tal, mas há menos quatro milhões de euros realizados nas despesas de capital", é um facto em relação ao previsto, mas tínhamos que ter lá isto previsto e estamos a falar do quê? Estamos a falar de três obras que ultrapassam esses quatro milhões de euros. Encostas do Castelo, só conseguimos ter o parecer final para adjudicar, e atenção que esse parecer teve que vir de entidades externas e o próprio parecer do LNEC e outras coisas mais em março, portanto, nós adjudicámos as Encostas do Castelo penso que foi no início de março, dois milhões e oitocentos mil euros, a Ribeira da Salgueirinha cujo concurso tivemos que repetir e o Centro de Saúde que esteve à espera, até ao dia treze de março, da reprogramação financeira por parte do Sr. Secretário de Estado que da parte da Saúde responderam a tempo e horas, mas depois é que isto vai tudo lá ao Chefe das Finanças e da parte do orçamento só foi publicado no dia treze com a portaria de extensão de encargos. Portanto, para se perceber que, de facto, há aqui três grandes obras que sendo, de facto, as mais difíceis de lançar e com processos mais complexos, logo isto provocou um desvio porque estávamos convictos que íamos bater o record do investimento em dois mil e dezassete, mas vai ser em dois mil e dezoito de certeza.

Outros dados, endividamento desde dois mil e catorze diminuiu quarenta e dois vírgula oito por cento, oito milhões cento e sessenta e nove mil euros, e reduzimos, face ao ano anterior dois mil e dezasseis para dois mil e dezassete, catorze vírgula três por cento. Dívidas de curto prazo a fornecedores, é também o valor mais baixo do quadriénio, como já referimos. Margem de endividamento utilizável e disponível um nível muito bom, temos neste momento margem de endividamento de nove milhões de euros. Pagamentos em atraso não há, o gráfico da página duzentos e quarenta e seis. Referiria aqui a transferência, passámos a barreira do milhão de euros, para as nossas juntas de freguesia para competências delegadas.

Depois relativamente ao relatório, ele é muito exaustivo e ainda assim falham ali algumas coisas e falhou ali, por exemplo, algumas referências a uns contratos programas que temos de acordos com clubes desportivos relativamente a financiamentos nas suas instalações, etc., portanto há aqui algumas coisas que não conseguimos evocar tudo, mas pronto reservo-me para as questões.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre este ponto por favor.

Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Vou tentar ser o mais rápido possível sobre esta apresentação e para salientar o contributo positivo que o bom momento económico do país dá a este momento, aliás vem referenciado nesta proposta.

A nossa autarquia bem como a generalidade das autarquias do país que atravessam um bom momento de recuperação, com um maior equilíbrio das contas e um menor endividamento em regra geral de todas as autarquias.

Nesta apresentação verificamos que no IMI referente a dois mil e dezasseis, o que é aqui apresentado é as contas de dois mil e dezassete e o IMI é referente a dois mil dezasseis, apesar de ter diminuído é largamente compensado por uma maior arrecadação de receita bem como na generalidade dos municípios devido ao facto das famílias portuguesas voltarem a ter dinheiro para pagar o IMI. É verdade que nos anos anteriores muitas famílias portuguesas não tinham dinheiro para pagar o IMI e era ver as coimas e penhoras por falta de pagamento do IMI a acumularem-se às dezenas de milhares na Autoridade Fiscal, mas já este mês de abril de dois mil e dezoito em relação ao IMI de dois mil e dezassete, que é o que está a pagar, foram pagos pelos portugueses uma percentagem que é a melhor dos últimos oito anos.

No IMT há um significativo aumento resultado da transformação económica que acontece na sociedade portuguesa. É um imposto importante para as finanças das autarquias, apesar do Governo, este Governo atual, ser pressionado pelas empresas e particulares no sentido de pôr fim a este imposto considerado por muitos injusto e inibidor de um maior desenvolvimento económico.

De referir aqui que o anterior Governo, em julho de dois mil e treze, assinou com a Associação Nacional de Municípios e com a ANAFRE, a Associação das Freguesias, um acordo para acabar com este imposto até ao ano de dois mil e dezoito, que era este ano. Eu hoje acho muita graça ouvir alguns autarcas do PSD que ainda continuam a ser Presidentes de Câmara a dizer que o IMT não deve acabar. Onde estavam eles em julho de dois mil e treze quando ainda eram maioria na Associação de Municípios e na ANAFRE e assinaram o fim do IMT por três fases até dois mil e dezoito. Felizmente que temos atualmente os blogues para os poder desmascarar publicamente.

Na Derrama, infelizmente para o concelho acontece o inverso que está a acontecer na maioria dos restantes concelhos, aqui infelizmente há uma diminuição desta receita e aqui vale a pena perder algum pouco tempo para falar nesta injustiça para o nosso concelho. De facto, e ainda por cima, ouvimos pelo país fora dizer que somos um concelho rico porque temos a Autoeuropa. De facto no distrito de Setúbal, somos um concelho de grande concentração industrial, dizem até que a maior, porque temos Autoeuropa mas a Autoeuropa é um equívoco, eu digo isto há muitos anos, para o concelho e para o país. Como tenho afirmado a Autoeuropa é importante para o emprego na região, mas a tão falada a importância de exportação é apenas virtual. É uma exportação sem mais valia para o PIB - Produto Interno Bruto português, setenta por cento da sua faturação fica na Alemanha de onde vem praticamente tudo para montar aqui em Palmela apenas trinta por cento para pagar os salários e pouco mais e o nosso concelho é penalizado por isso. Para terem uma ideia, temos em Portugal empresas muito mais pequenas nas exportações que contribuem muito mais para o PIB e pagam cem vezes mais derrama que a Autoeuropa, por exemplo a Bosch, por exemplo a Efacec, por exemplo a Mabor, em Famalicão, e muitas outras, e mesmo na fabricação de componentes para o ramo automóvel temos em Portugal no distrito de Viana do Castelo, Minho e Porto, várias empresas que contribuem muito mais para o PIB nacional e dão no seu conjunto emprego a mais de cinquenta mil postos de trabalho. As exportações da Autoeuropa são como as exportações da Galp com a refinaria de Sines, absolutamente zero. Eu até costumo dizer que os

trabalhadores da Autoeuropa são imigrantes em Portugal de uma fábrica da Alemanha, poderiam perfeitamente ser imigrantes na Alemanha a trabalhar para a fábrica com a única diferença é que ganhariam mais dinheiro, também gastariam lá mais assim deixam-no cá todo, e por isso temos uma Derrama que é injusta para o concelho de Palmela. Seria até para compensar a pegada ambiental e desgaste das estradas do concelho com a passagem todos os meses de milhares de camiões para e da Autoeuropa, da fábrica, aliás como lamentou o Sr. Presidente na última reunião da Câmara mas de uma forma encolhida, quando se fala na Autoeuropa toda a gente parece que tem medo. Mas continuando, e porque isto é assim, eu oiço dizer pelo país fora que os portugueses precisam do ar da Autoeuropa para respirar, quando ouvirem isso digam que eles são uns mentirosos, a Autoeuropa em termos de PIB não produz nada. É que as outras empresas pequenas produzem, produzem porquê? Porque produzem com matéria-prima portuguesa, estes não, vem tudo da Alemanha, o dinheiro vai para a Alemanha, eles aqui só montam, os trabalhadores produzem mas, efetivamente, em termos de PIB não representam nada.

Mas continuando a falar no reflexo do momento económico do país, neste momento, verificamos a procura do nosso concelho de há dois anos a esta parte novos agentes económicos. Foi estancado no nosso concelho o crescente encerramento das empresas por insolvências e falta de atividade económica nas zonas industriais do nosso concelho. Há hoje uma maior procura do concelho por parte de empresários para a instalação de novas atividades económicas, há um aumento de reabilitação urbana do concelho, que também é generalizada muitos outros concelhos, temos mais licenciamentos de obras de edificação e licenças para obras que tinham ficado por acabar por os empreiteiros ou faliram ou não terem dinheiro para as acabar e verifica-se mais pequenos empreendedores que pretendem iniciar o seu próprio negócio no concelho.

Verifica-se, portanto, neste documento, que o concelho de Palmela tem todas as condições para aproveitar bem a estabilidade que a alternativa dos partidos de esquerda trouxeram ao nosso país.

Para terminar Sra. Presidente, e como rodapé, dizer que não podemos deixar-nos enganar pela nova narrativa de que isto é apenas a continuidade do que tinha sido feito no país nos anos anteriores. Então quando a esquerda devolveu às pessoas aquilo que a direita roubou é continuidade? Por isso é preciso muito juízo, não podemos estragar o que conseguimos nos últimos trinta meses para não voltarmos a ter a direita conservadora a desgovernar e a infernizar a vida dos portugueses.

Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra agora o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Como democrata que sei ouvir as opiniões de cada um, só encontro justificação nesta intervenção do colega de Bancada do PS pelo meu desafio do discurso do 25 de Abril de trazer mais investimento para o concelho de Palmela. Porque a verdade é que os investimentos que vieram para o concelho de Palmela vieram quase todos durante os apelidados por vós, de governos de direita, inclusive a Autoeuropa, E não partilhando da opinião do colega do PS José Manuel Silvério e pelos vistos o Sr. Ministro do atual Governo e o Governo também não partilham dessa opinião, pelo menos totalmente, senão não estavam preocupados se Autoeuropa encerrasse. Até porque esta empresa emprega muitas pessoas até de concelhos limítrofes. Por vezes, à noite vejo muitos autocarros que vão o Barreiro, Seixal e outros. Portanto, eu não gosto de fazer estas análises assim tão arrojadas, porque na realidade não correspondem também à verdade. Acredito que haja outras empresas que contribuam para o PIB nacional, também nunca negámos isso, mas os números são os números e o PS o desafio que tem é trazer investimento para o concelho, não é só fazer valer aqui os investimentos que outros aprovaram e que vocês têm que pagar porque estão agora no Governo e o meu desafio nesse aspeto mantém-se o discurso que fiz no 25 de Abril.

Voltando ao ponto que é o que está em discussão, efetivamente eu noto que após o relatório do ROC, o município reviu a sua posição no que diz respeito ao valor das provisões para processos judiciais em curso, que realmente era também a nossa posição.

Relativamente à apresentação do orçamento em si, ao conteúdo do documento, no meu entendimento está bastante completo e percetível, o que não quer dizer que tenhamos revisto a nossa posição quanto à declaração de voto que iremos depois fazer e das razões do nosso sentido de voto. Em todo o caso quero aqui congratular-me, porque há aqui aspetos do relatório que eu considero bastante elucidativos e como, também, por vezes tenho curiosidade de ver de outros municípios, este está bastante completo. Agora não quer dizer que vá votar favoravelmente a prestação de contas, porque há aqui algumas divergências que temos há já longo tempo e que mantemos.

Mas quero dizer que relativamente a adjudicações considero o relatório bastante completo e elucidativo.

Depois na declaração de voto invocarei os motivos e as razões da nossa votação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse?

Tem a palavra a agora o Bloco de Esquerdo, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sobre este ponto gostaríamos de dizer que perante a análise do documento, que nos foi facultado a nós e a toda a Assembleia Municipal, constatamos que existe um saldo de tesouraria de trezentos e cinquenta e um mil euros, o que a somar ao saldo transitado de dois mil e dezasseis ascende já a um montante de seis milhões de euros de saldo para dois mil e dezoito.

Assim, temos a convicção que dada a folga no orçamento para este ano a Câmara tem condições para apresentar no futuro um alívio significativo dos gastos dos munícipes com o IMI e a fatura da água tal como propusemos no programa eleitoral às eleições autárquicas. Sr. Presidente da Câmara deixo-lhe já uma questão, se considera apresentar já uma proposta mais ambiciosa em matéria de proposta de IMI e já agora também na tarifa da água para dois mil e dezanove.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa** ausentou-se da sala pelas 23:52 horas.

O **Sr. Carlos Caçoete, 1º Secretário:**

"Muito obrigado.

Tem a palavra agora, Patrícia Caixinha pelo PS."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada.

Vou insistir novamente no Plano Municipal para a Igualdade de Género, permita-me, por favor, só na folha número sessenta em relação à execução anual das Grandes Opções do Plano, constato que estava previsto uma verba de três mil e quinhentos euros ano, para o ano de dois mil e dezassete e para os anos seguintes seis mil, perfazendo um total de nove mil e quinhentos euros mas, efetivamente, o montante executado foi apenas quinhentos euros e gostaria de questionar exatamente o porquê desta diferença para esta questão.

Obrigada."

O **Sr. Carlos Caçoete, 1º Secretário:**

"Mais questões? Ana Elísia Monteiro, Partido Socialista."

A **Sra. Ana Elísia Monteiro do PS:**

"Vou tentar não me alongar muito, falando aqui na área da Qualidade, Modernização e Tecnologias de Informação e, também, citando o que consta do documento apresentado a autarquia alega desenvolver projetos de Modernização Administrativa, revisão/melhoramento da página dos serviços online e a contínua prossecução de desmaterialização de procedimentos na ótica da Modernização Administrativa.

Estranhamos que estas medidas que foram adotadas, se revelem num acréscimo do número de atendimentos presenciais em comparação à procura dos serviços online, uma vez que estes não verificaram grande acréscimo.

Parece-nos então que estas revisões e melhorias que foram implementadas, se revelam no fundo insuficientes face à importância que, efetivamente, estes procedimentos têm e a acessibilidade destes procedimentos têm pela via digital.

Não queremos com isto que pareça que estamos a menosprezar de alguma forma os atendimentos presenciais que estão disponíveis para os munícipes, e para as pessoas que procuram, uma vez que esses atendimentos, como sabemos e como também já foi citado diversas vezes, assumem quase que um papel social para pessoas de maior idade ou pessoas com uma baixa escolaridade que não conseguem ter resposta através do meio digital, mas parece-nos que realmente é importante procedermos de uma vez por toda à organização e simplificação do acesso à informação digital, que ainda não acontece com os meios que temos agora disponíveis na autarquia.

Disse."

O **Sr. Carlos Caçoete, 1º Secretário:**

"Muito obrigado.

Tem a palavra o MIM."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"É para fazer aqui uma pergunta ao Sr. Presidente, talvez por desconhecimento meu, mas ao desfolhar depois verifiquei aqui que na página cento e noventa e um e agora sim, agora tem a ver com o orçamento de dois mil e dezassete, há uma transferência no valor de três mil novecentos e quarenta e cinco euros ponto oitenta e um, creio eu, para Maria João Camolas Contente Caleira. Isto tem a ver com o quê?

E só Sr. Presidente."

O **Sr. Carlos Caçoete, 1º Secretário:**

"Terminou?

Tem a palavra Dulce Marques, por favor pelo PS."

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"Boa noite, vamos tentar ser muito rápidos.

De forma muito breve, gostava de referir o seguinte: tentar perceber os níveis de execução em áreas como a ação social, não é muito fácil, sobretudo para uma leiga da área financeira como eu, por isso, gostaria de tentar perceber e de pedir ajuda para a compreender o gráfico da página trezentos e sete. Não sei se está correto ou não, mas comparando com os dados da tabela apresentada na página duzentos e cinquenta e três, tenho muitas dúvidas em perceber se a dotação inicial era de cento e cinquenta e três mil euros ou de setenta mil, não sei, parece não estar muito correto o gráfico, mas posso ser eu que não esteja a percebe-lo.

Depois em relação a esta área, também, partilhar a minha desilusão e preocupação pelo nível de execução ser apenas de vinte e um por cento.

Por fim, dizer também que a forma como são apresentados os dados, por vezes, não são de muito fácil entendimento. Sim, serão as regras do Pocal mas os apoios logísticos umas vezes aparecem, são contabilizados, outras vezes não, não está claro, por exemplo, os gastos com alguns projetos comunitários, posso dar aqui alguns exemplos, e por vezes a classificação das despesas também não é muito clara. Isto é, a complexidade e a transversalidade de várias áreas associadas às diferentes funções do município, nem sempre permite perceber com clareza as rubricas associadas à sua execução financeira, sabemos disso, mas de qualquer das maneiras não sabemos até que ponto é que pode haver aqui um exercício para melhorar tudo isto.

Obrigada."

O **Sr. Carlos Caçoete, 1º Secretário:**

"Muito obrigado.

Sr. Membro Mário Baltazar do MIM, por favor."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Muito obrigado.

Em relação a esta matéria da Prestação de Contas de dois mil e dezassete, o MIM a única coisa que quer deixar aqui bem claro, é que como não tivemos uma comparticipação direta nesta matéria iremos apresentar uma declaração de voto e deixo já aqui que o nosso voto será pela abstenção.

Muito obrigado."

O **Sr. Carlos Caçoete, 1º Secretário:**

"Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Membro José Carlos de Sousa, por favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado caríssimo Presidente em exercício.

É meia-noite temos que votar, penso eu, artigo vinte e quatro, número três, se continuamos ou não, eu só falo cinco minutos.

Três ou quatro notas sobre o relatório. Não valerá muito a pena dizer que, quer dizer, não valerá muito a pena dizer, até pode ser entendido como depreciativo mas não é, não é, o relatório tem ao longo de muitos anos, eu conheço o relatório desde dois mil e cinco um bocadinho, se calhar um bocadinho antes, vindo a ser melhorado, a ter alguns incrementos que fazem do relatório um excelente instrumento de trabalho.

É evidente que de uma leitura, por vezes, mais atenta do mesmo entende-se que algumas das notas que a Dulce aqui deixou, podiam ser ali melhor buriladas. Por outro lado, há questões que são trabalhadas, eu não diria propositadamente, mas omitindo alguns aspetos que dão todo aquele relevo que o Sr. Presidente da Câmara acabou de dar ao mesmo na apresentação que fez do relatório e este é o contexto em que estamos. Estamos com um bom documento, que é um excelente documento de trabalho e que pode, de alguma maneira, contribuir para todos prepararmos e irmo-nos preparando para as alterações que temos que fazer ao documento de dois mil e dezoito.

Voltámos aos resultados negativos do exercício, depois de ter havido um resultado positivo no anterior exercício agora temos qualquer coisa como um ponto oito milhões de euros de resultado negativo do exercício, motivado essencialmente pela reprogramação de obras, dirá com certeza o Sr. Presidente, mas o

que é facto é que voltámos aos resultados negativos do exercício. Um exercício de último ano de mandato caracterizado, ao contrário do que é apanágio na CDU, por um adiamento de obras e isso o senhor sentiu depois nas eleições, claramente, portanto os outros Presidentes genericamente no segundo mandato cresceriam exponencialmente os votos, isso não aconteceu com o senhor. É evidente que o PS tinha um excelente candidato, também é verdade, e isso permitiria de alguma maneira que esta décalage não fosse tão grande e se acabasse por ter os resultados que aqui tivemos.

Há uma nota que eu gostava de deixar em relação ao orçamento, que tem a ver com a execução de cento e um ponto quatro por cento. Esta é uma nota que eu não consigo entender, e não consigo entender porque a Câmara tinha cinco ponto oito milhões de euros do ano anterior, o orçamento então não era quarenta e um ponto três mas sim quarenta e sete ponto dois, mas os senhores fazem sempre as contas com quarenta e um ponto três e eu não consigo perceber isso, porque depois usam o quarenta e sete ponto dois para dizer que o princípio do equilíbrio orçamental é feito com o saldo de dois mil e dezasseis. É verdade, está escrito, desculpe, está escrito, vou-lhe dizer página duzentos e vinte e três o senhor abre e lê, é tão simples quanto isto, e tenho algumas dúvidas, não tenho reservas porque entendo que o documento é mais que escrutinado, mas tenho algumas dúvidas sobre esta forma de apresentação, ou seja o saldo do ano anterior conta ou não conta para o saldo do ano seguinte? Não conta, dizem os senhores, pronto, e andamos aqui nisto, página duzentos e vinte e três está lá escrito.

Diz o Sr. Presidente, disse há bocadinho "*…bem nós não nos enganámos muito…*". É evidente que não se podem enganar muito, com o número de revisões que são feitas, o número de alterações que são feitas, as coisas estão aqui muito balizadas e um engano é um engano sempre por questões que fogem muito à Câmara, e eu isso admito perfeitamente, aquilo que se deixou de fazer embora possa considerar que existe ineficácia há claramente questões externas que prejudicam o funcionamento e aquilo que, com certeza, o senhor queria fazer neste último ano de mandato.

Apoio ao cofinanciamento, estou a reportar-me à prestação de contas e à introdução que o senhor apresentou, o apelo ao cofinanciamento e a necessidade de afirmar o concelho de Palmela no contexto regional e no país, estou a citá-lo, enfim temos ainda que caminhar muito a este nível penso eu e o senhor pensará isso também.

A resposta aos munícipes tem que ser mais rápida, as taxas que pagamos têm que ser consentâneas com aquilo que efetivamente podemos pagar, nós não alinhamos nas questões que o Bloco de Esquerda colocou já neste momento, porque temos uma noção mais clara e evidente, eventualmente mais clara, porque temos Vereadores e, portanto, se calhar, a questão aqui é um bocadinho posta ao lado, no nosso entender claramente, mas admitindo perfeitamente que estão certos, nas condições de trabalho que alguns colaboradores têm na Câmara Municipal e nos espaços que os mesmos utilizam. Refere ainda que o núcleo histórico de Palmela é um núcleo vivo e rico em património, volto a citá-lo, eu digo que rica em património será, vivo todos aqueles que estamos aqui na sala sabem que deixa muito a desejar. O núcleo histórico de Palmela, a vivacidade dele é diminuta, pontual, fugaz, diria eu. O Gabinete do Centro Histórico penso que não tem tido um papel tão relevante quanto nós pensaríamos que ele pudesse ter, desde não sei quantos anos há mas eu sempre o conheci, portanto, há pelo menos vinte anos que deve de existir. O que acontece, acontece que, e eu não estou em Palmela agora todos os dias, portanto, é mais difícil fazer estas análises mas faço por amostragem, os turistas chegam às onze horas no estacionamento do miradouro, vão ao miradouro, sobem ao Castelo e vão almoçar a Azeitão, a Sesimbra, a Lisboa. Basta falar depois aqui com as pessoas com quem nós almoçamos e portanto há aqui realmente muito fazer a este nível.

As questões das obras ao nível da educação, lamentamos tenham sido adiadas já falámos disso mais do que uma vez, mas tivemos em outubro esta primeira resposta e veremos o que é que acontece. Relativamente à educação ouvi o Sr. Presidente falar ontem, no discurso do 25 de Abril, de um plano inovador de combate ao insucesso escolar e vi no relatório que há um arranque do processo de construção. Eu fico muito satisfeito com isto, aliás há anos que falamos nestas coisas, há muitos anos que trabalhamos estas matérias mas, concretamente, o município nunca conseguiu chegar-se à frente com nada. Os números de insucesso no concelho situam-se acima da média nacional em muitos anos de escolaridade, por exemplo no segundo ano de escolaridade, a média de retenção do continente e de oito ponto um por cento em Palmela é de nove ponto dois, no quinto ano a média nacional de retenção é nove vírgula dois, no concelho de Palmela é dez ponto um, no oitavo ano a média nacional retenção é doze ponto seis, no concelho de Palmela é dezasseis ponto quatro, e isto tem de os preocupar, tudo aquilo que se passa cá no território é nosso e temos

claramente que ter alguma coisa, fiquei muito satisfeito é que o Sra. Presidente da Assembleia Municipal referiu aqui há pouco que vamos discutir a questão da Assembleia Municipal de Jovens, eu trabalhei com essa Assembleia Municipal Jovens há catorze anos atrás, não sei se a Presidente ainda é mesma, era uma professora Odete, eventualmente ainda é a mesma, uma senhora fantástica, da CDU, fantástica, com uma vivacidade tremenda e que de uma forma ou doutra colocava em funcionamento uma Assembleia Municipal de Jovens que foi uma coisa que nunca conseguimos ter aqui, e dos relatos que eu tenho do pessoal mais novo aqui relativamente às questões do Conselho Municipal de Juventude parece que ficam muito aquém daquilo que seria desejável. Eu sei que é o nosso modelo, oh Sr. Presidente, eu sei que é o nosso modelo e será um modelo bom mas o facto de ser um modelo bom não quer dizer que eu o incremente, o faça bem, é porque nós até podemos ter um Porsche, mas se o Senhor o conduzir mal bate contra a árvore à mesma, a questão é só esta, temos de conduzir bem as questões.

O projeto Eu Participo, Sr. Presidente, Sr. Vereador, há quantos anos temos este projeto? Quatro, cinco, por aí, mais talvez, quando é que deixamos de ser um projeto, isto tem que deixar de ser projeto tem que ser alguma coisa mais, tem que ser visível, não pode, está sempre em projeto, não pode.

Diz a Sra. D. Paula Sobral, ontem no discurso do 25 de Abril, disse que este é um concelho onde era bom viver, estar e visitar, estou a citá-la, é verdade, é verdade, vou dizer a seguir porque é que é verdade e o que é que não é tão verdade, eu faço sempre o contraditório. O Sr. Vereador Calha por acaso também teve uma expressão muito idêntica, apetece cada vez mais viver, trabalhar e visitar em Palmela, e eu acho que estas coisas muito interessantes, são aquelas coisas que os jornalistas chamam "*soundbite"*, mas se nós espremermos o sumo do limão ficamos ainda muito longe de tudo isto, nós vivemos cá há muitos anos, muitos de nós, desde sempre outros. Agora temos estradas com pouca condição, temos taxas elevadas, temos uma mobilidade do concelho entre freguesias que deixa a desejar, quem visita o concelho e quem visita Palmela, continuo a dizer que fica muito aquém daquilo que seria possível cada vez mais implementar e mostrar. Área do Turismo mostra o relatório que setenta por cento não foi concretizado, dir-me-á sim, mas era o tal projeto, eu vi, mas o que é facto, é isto, isto é o projeto que lá está, não basta dizer que Palmela está na moda, há quem diga que Portugal está na moda, mas temos que fazer sempre algo para fazer isso.

Não vos vou maçar com as Funções Sociais e com o não cumprimento das mesmas porque já estou a falar há onze minutos.

Relativamente às Grandes Opções do Plano disse o Sr. Presidente, "*…bem, nós tivemos vinte e dois milhões de euros de nas Grandes Opções do Plano e isso foi muito bom…"* sim, mas recordo-lhe que para as GOP estavam orçamentados vinte seis ponto cinco e portanto, houve aqui um desvio de cerca de quase vinte por cento em relação aquilo que era previsível.

Indicadores de eficácia, reparem a engenharia positiva, diria eu, que é feita aqui. No preâmbulo admite-se que e vou citar "*…sofrer uma ligeira deterioração durante o período em análise que se fica a dever a reprogramação de algumas obras inscritas em GOP com relevância financeira, etc., etc.,"* depois na página duzentos e quarenta e dois, para fugir à comparação com o ano anterior quem elaborou o relatório vai compará-lo com os quatro anos e, portanto, estas questões já deixam de haver a tal ligeira deterioração porque há aqui um conjunto que veio dos quatro anos que não deixa de ser capaz.

Preocupou-me aqui uma situação que me apercebi que tem a ver com horas extraordinárias e subsídio de turno, ou seja o município está a pagar mais de meio milhão de euros em subsídios de turno e em horas extraordinárias, eu sei até porquê, já houve alturas em que pagamos um milhão de euros, ok! depois o valor da hora também diminuiu, mas não foi só isso houve uma política de, enfim, de rentabilização de recursos, permitam-me dizer assim, e de diminuição de atividade, para ser mais justo, que permitiu que essa redução de horas fosse feita, mas acho que há aqui uma linha exponencial que terá que ser vista.

Do TOC, a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto já falou, mas eu gostava de dar só dois toques no TOC que tem a ver com a falta de alguns circuitos internos operantes, a queixa do TOC que é feita, e que a participação na ADREPAL que me parece estar cada vez mais em cima da mesa para a curto prazo, e o Sr. Presidente acabou de dizer isso, possamos aqui fazer alguma coisa.

É estranho que não tivéssemos conseguido fazer obras e é um facto que temos uma excelente capacidade de endividamento, cerca de nove milhões de euros neste momento. Mas o que é que isso se reflete no dia-a-dia dos munícipes? E é isso que nós temos que refletir, portanto, o Município tem que ter visão, garra,

perspetividade no sentido de com esses nove milhões de euros, que não precisa de aplicar todos na mesma altura, sendo que este ano amortizámos cerca de mais seiscentos e sessenta e qualquer coisa mil euros das contas que fiz, o que é facto é que tem que haver perspetividade ao nível do município, para quê? Para que este bom momento, ou este momento, em que conseguimos sair de um esforço financeiro que foi feito, o endividamento do município não se verificou porque o dinheiro foi mal gasto, diria eu, porque houve investimento, porque houve as escolas e porque houve uma série de aspetos que foram feitos no município a esse nível, portanto, o equilíbrio financeiro é relevante mas tem que se refletir depois na vida de quem vive cá todos os dias, e este é um desafio que fica e este é o seu grande desafio, Sr. Presidente.

Muito obrigado Sra. Presidente da Assembleia, peço desculpa, foi quinze minutos."

A **Sra. Presidente da Mesa** retomou participação nos trabalhos pelas 00:00 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, atendendo à hora, tenho que perguntar se estamos disponíveis para continuar.

Muito bem, então vamos prolongar para a conclusão mas tentamos não ir além da meia-noite e meia, ou seja temos mais vinte minutos para este ponto e para o seguinte.

Sr. Presidente tem a palavra, não os vinte minutos são para concluir a reunião."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim, mas eu vou ser muito breve."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"O Sr. Presidente agora tem cinco minutos, que é para termos depois mais quinze para o resto da proposta."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado pela sua benevolência.

Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério, partilho em parte de algumas considerações que fez mas a Derrama, de facto, merece aqui uma reflexão que tem muito que ver com a questão da transparência e da Lei das Finanças Locais e também com as competências dos municípios. É que, de facto, o Estado Central não tem informado os municípios e tem tomado decisões que lesam os municípios relativamente a alguns incentivos fiscais que dá a grandes empresas, a grandes multinacionais, e não é só a Autoeuropa, porque, de facto, nós registamos um maior número de empresas no concelho de Palmela, registamos e sentimos um crescimento da dinamização económica e, naturalmente, do valor acrescentado mas, de facto, é como o senhor diz é que há grandes investimentos na Autoeuropa mas eles em parte foram financiados pela União Europeia, em relação à linha de montagem, e há outras questões que são abatidas à Derrama e que nós, às vezes, somos surpreendidos, como fomos o ano passado, abruptamente, pois está previsto, e desaparece quinhentos mil euros certinhos na Derrama e este ano já tivemos outra coisa estranhíssima, cento e poucos mil euros de IMT. Nós instamos a Autoridade Tributária a explicar-nos o que é que se passou e não temos direito à resposta. E esta questão os municípios têm, quer através da Associação Nacional de Municípios, quer individualmente junto do Secretário de Estado das Autarquias Locais e também das Finanças, dito que, de facto, estas questões das isenções, dos incentivos, etc., se bulem com impostos locais que os municípios têm de ter uma palavra a dizer. Eu penso que estamos de acordo, temos que ser nós a decidir o que é que fazemos e, de facto, há aqui desvios que nós não compreendemos.

Sra. Membro Patrícia Caixinha, relativamente ao Género remeto-a, de facto, para a Prestação de Contas onde já viu o setor profissional por e se me permite, não tem que ver com a interpelação que me fez sobre

este ponto, convidar os Srs. Membros da Assembleia a consultarem um documento que também está na nossa página da internet, que é o balanço social de dois mil e dezasseis e, brevemente, estará publicado o de dois mil e dezassete, os *timings* de prestação sempre estes, têm indicadores muito importantes sobre a nossa organização, acho que todos nós, eu, pelo menos, tenho aprendido muito com os nossos trabalhadores e trabalhadoras, os nossos técnicos e técnicas, a fazer aqueles documentos e fico, às vezes, até surpreendido pela positiva, por alguns indicadores que lá estão.

Meu caro Carlos de Oliveira, o saldo não pense que é aqui algum pé-de-meia para podermos agora esbanjar ou nessa lógica, que eu não vou adjetivar, devolver à população. Não, nós vamos devolver isso muito bem à população com mais investimento porque, de facto, ao longo dos anos eu fui dizendo que não incorporávamos o saldo todo precisamente porque iríamos para um ciclo de investimentos, que pode ascender a vinte e dois milhões de euros, até dois mil e vinte e um e estamos no top dos municípios com mais investimento, então dos concelhos da nossa dimensão estamos mesmo nos lugares cimeiros, com vinte e cinco candidaturas já aprovadas e para as quais nós temos que ter cinquenta por cento. E não temos porque a receita corrente da Autarquia, a manter-se esta lei das Finanças Locais e este nível de impostos, é, como podem verificar, sem receitas extraordinárias na ordem dos quarenta/quarenta e um milhões. O Sr. Membro da Assembleia, que esteve cá muitos anos na Câmara e que conhece a realidade, há de reparar que andamos sempre nos quarenta/quarenta um milhões, quando é que vamos para orçamentos superiores? Como iremos agora depois da revisão, a gente fez um orçamento agora de quarenta e seis, vamos agora com a revisão para os cinquenta e tal, claro, é uma situação extraordinária, que conta com o quê? Conta com uma média de comparticipação de fundos, não só fundos do Portugal 2020, mas como temos a Ribeira da Salgueirinha já é outro fundo ambiental ou o da Encostas do Castelo já é outro fundo, na ordem dos oitenta e cinco, a nossa média de cofinanciamento. nos vinte e cinco projetos de candidaturas já aprovadas, está neste momento nos sessenta e um, mas vai baixar. Então como é que nós fazemos face sem ter receitas extraordinárias aos cinquenta por cento, a estes onze milhões que vamos precisar até final do mandato? Ora bem, já contratualizámos um empréstimo, aqui aprovado, de quatro milhões de euros e tem sido com este saldo desde este equilíbrio, que conseguimos aqui sanear algumas questões e com esta visão de rigor e de bom senso, e é por isso que temos dito, Sr. Membro da Assembleia, que a questão da redução dos impostos tem que ser ponderada, porque a questão não é pagar-se mais ou menos, aliás, acho que já tomámos grandes medidas nos últimos dois anos em Portugal, como, por exemplo, a isenção automática de IMI, para quem efetivamente não atinge determinado patamar de rendimentos ou que tem imóveis com um valor tributável inferior também um determinado patamar, só essa isenção automática tem-se estado a refletir muito negativamente nas receitas do município, e posso dizer-lhe que, aliás tem aí os resultados dos primeiros três meses, que é assustador porque nós já sabemos quanto é que vamos receber. Isto é assustador, se não houver aqui outra inversão qualquer. O senhor perguntou-me aqui há tempos, Sr. Membro da Assembleia José Carlos, quantos prédios novos etc., quanto é que isso dava mais? Eu tive oportunidade de mandar coligir esses indicadores e dizer-lhe que temos aqui mais seiscentos e noventa e quatro prédios e que isto dá apenas mais cento e sessenta e quatro mil euros de IMI, portanto, é só para ver que nós temos isto tudo estudado e é por isso que lhe digo que não nos enganamos muito na receita, mas oxalá eu me enganasse muito para cima, quem me dera a mim ter muito mais IMT que era bom sinal, porque, de facto, poderíamos compensar com um abaixamento ainda mais significativo do IMI, e tem sido esta visão sensata, julgo eu, que nos permite hoje fazer mais investimento e investir também nas funções sociais.

Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, quanto à fatura da água eu acho que isso só pode ser um slogan completamente descontextualizado da realidade, porque nós temos água, o saneamento e os resíduos, dos mais baratos da Área Metropolitana de Lisboa e dos trinta mais barato do país. e pelas regras da ERSAR, e quando tivermos a tal contabilidade analítica e deve estar a entrar em dois mil e dezanove uma dor de cabeça que é o novo sistema contabilístico da Administração Pública, nós vamos ser forçados a aumentar, sabe porquê? Porque todos os custos bem pesadinhos dum investimento num concelho que tem seiscentos e vinte quilómetros de rede para ter apenas vinte e oito mil, não gosto do termo clientes, ligados à rede, é manifestamente ter prejuízo e a entidade reguladora não permite isso, quer que todo o investimento seja imputada à tarifa fixa. Nós temos contrariado, temos até levado puxões de orelhas e ameaças e conseguimos, por unanimidade, felizmente, aprovar uma alteração ao nosso regulamento tarifário com algumas questões que continuam a estar acima daquilo, por exemplo os senhores falam, na Assembleia da República, a tarifa social da água obrigatória para toda a gente, aquilo que aprovaram na Assembleia da

República é pior do que aquilo que nós temos no concelho de Palmela, não precisamos de ir mais longe. é importante esclarecer, nem estou a contestar a sua ideia generosa estou só a dizer que, de facto, nós já estamos à frente nesse campeonato. Relativamente ao IMI, estas contas são feitas precisamente no mês de outubro que é o melhor mês, nós sabemos como é que vai evoluir a receita, como é que vai evoluir a despesa, se algumas coisas se confirmam ou infirmam e depois cá estaremos porque nós também queremos baixar o IMI. Nós na Assembleia da República, também propusemos teto máximo para o IMI e a nível local procuramos que a redução do IMI, que também é um desejo nosso, seja do IMI, ou de outra tarifa, ou taxa qualquer, não ponha em causa a capacidade de fazer trabalho para as populações, porque nós precisamos de mais dinheiro para a limpeza, para a higiene urbana, precisamos mais dinheiro para contratar, precisamos mais dinheiro para comprar viaturas de recolha de resíduos sólidos a ver se reciclamos algumas que andam sempre avariadas, portanto como é que se faz investimento sem dinheiro?

Sr. Membro José Carlos Sousa, já está preocupado com as horas extraordinárias, que era uma batalha que o senhor tinha aqui há uns anos, pois eu não tenho preconceito nenhum com as horas extraordinárias, eu gostava é que não houvesse limitações impostas de cima relativamente à contratação de pessoal e gostava de ter muito mais gente em turnos, sabe porquê? Porque poupava nas horas extraordinárias e tinha equipas permanentemente em trinta e oito estações elevatórias, percebe, que é coisa que outros concelhos não têm, que é preciso ter equipas vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas que é para haver nenhum problema no tratamento da água e, portanto, nós precisamos de mais gente, olhe eu não tenho piquete entre as vinte e duas e as oito da manhã. Só uma emergência muito grande é que mobiliza, não conseguimos ter, é que já são três turnos ainda faltava mais um e, portanto, as horas extraordinárias vão aumentar, felizmente, porque as pessoas vão ser pagas ao valor hora que merecem e depois há aqui a explicação essencial. Os senhores sabem, quantas atividades há por semana no concelho de Palmela? Basta acompanhar aquelas que nós divulgamos, fora aquelas que nós não conseguimos divulgar, quer as nossas, quer a das entidades que querem cada vez mais. Nós mas vamos ter em maio, por exemplo, logo três festas em simultâneo, o senhor sabe quantas pessoas nós temos a trabalhar na eletricidade, no põe baia, tira baia, mete, trânsito, limpeza, nós estamos neste momento a adjudicar ao exterior já mais de uma dezena de milhares de euros em serviço de limpeza só para festas e eventos, porque, de facto, os trabalhadores do município já nem querem fazer horas extraordinárias e não há trabalhadores para acudir a três festas em simultâneo, o lixo tem que ser recolhido e não é a volta normal porque cada evento produz mais resíduos, portanto, se há mais atividade no concelho, felizmente, porque há e o movimento associativo leva-nos cada vez a fazer mais, nós temos que ter mais gente a trabalhar isto é inevitável, mas é bom sinal porque isso acrescenta valor ao território.

Voltando à questão, seguindo a ordem, da execução orçamental no Plano Municipal de Igualdade de Género, efetivamente se os nossos parceiros não deram consecução à candidatura nós não lhes pudemos pagar, só pagamos quando o trabalho estiver concluído, faço-me entender? É normal que a execução venha a acontecer nos anos seguintes e também podemos fazer algumas coisas sem gastar dinheiro que também é bom sinal. Às vezes quando execução financeira não é sinónimo de não execução do trabalho, fisicamente, da atividade, nós podemos ter um orçamento de dez mil euros para um determinado evento e temos conseguido fazer o evento com grande sucesso com cinco mil e quinhentos, já aconteceu, logo na alteração orçamental seguinte vai para outro lado onde faz falta, é assim, mas pronto esta é a explicação que posso dar neste momento.

Sra. Membro Ana Elísia Monteiro, nós estamos, naturalmente, muito empenhados e estamos a dar passos, que brevemente serão anunciados, nesta área da modernização e das TIC e isto aqui engloba, sobretudo, que fizemos também ao nível do equipamento informático, fizemos uma grande revolução nos últimos dois anos e que nos obriga a continuar um plano que vai dar resultados no futuro. Relativamente ao *online* o ao atendimento, os dados são os dados, também já fomos questionados pelo contrário, "eh pá menos gente a ir a carrinha móvel", também há aqui contradições, há mais atendimentos num lado há menos atendimentos noutro. Há, de facto, uma situação que importa clarificar, muitas das medidas da modernização administrativa, e Sra. Membro da Assembleia Ana Elísia sabe disso, o próprio licenciamento zero, por exemplo, não é completamente licenciamento zero, nem papel zero, nem nada, porque, de facto, a generalidade dos cidadãos precisa do atendimento mediado, do atendimento assistido e a modernização administrativa, mesmo aquela que tem sido operada na Administração Central, com exceção da das Finanças que essa agora evoluiu até já nos faz a declaração automaticamente só temos que conferir, ainda precisa de atendimento assistido e depois há muitas questões que têm que ser acompanhadas e

esclarecidas, mas procuraremos apostar na questão dos serviços *online* e temos aí medidas que anunciaremos neste mandato muito interessantes.

Sra. Membro da Assembleia Luísa Paulino, a transferência tem que ver com pagamento ao abrigo do FIMOC, o que é o FIMOC? É um programa que existe no Centro Histórico, de incentivo à reabilitação do Centro Histórico, que comparticipa até ao limite máximo de cinco mil euros, reabilitação, obras feitas em edifícios no Centro Histórico e, portanto, os cidadãos que fazem obras, candidatam-se, aquilo tem determinadas regras é tudo aprovado de acordo com os projetos e têm direito a uma comparticipação que, neste caso, foi nesse valor. Nós temos apoiado, em média, nos últimos anos dois/três projetos por ano e relativamente à reabilitação do Centro Histórico um destes dias trago-vos um documento para se perceber que há muita coisa aí velhinha e com mau aspeto, mas que tem havido, não foi só no último ano, uma grande reviravolta e os números vão confirmar isso e até os números das candidaturas para a isenção e redução de IMI que subiram e também só puderam subir porque os edifícios melhoraram o seu estado de conservação e também o número daqueles que foram penalizados. É um documento que gostaria de desafiar a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho a preparar, já falámos nisso, porque em mandatos anteriores, e muito bem, de vez em quando fazia-se uma publicação de balanço e divulgação e só não avançamos já para isso porque estamos na ORU do Centro Histórico que vai ter também incentivos especiais e nessa altura faremos, também, a radiografia do que existe e daquilo que gostaríamos que viesse a existir com mais incentivos que vamos dar para o efeito.

Dulce Marques, a execução de vinte e seis por cento tem uma explicação. Foi reprogramado o PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, um projeto intermunicipal, que é a nossa candidatura no âmbito do Pacto e que um dia falaremos em pormenor deste projeto, e foi reprogramado porquê? Porque o aviso ainda não saiu, Sr. Vereador o aviso para o PRIA ainda não saiu, pois não? Ou seja a gestão do programa e o Governo ainda não abriram esse aviso, mas nós temos estado a trabalhar há muito com parceiros nessa área, o mesmo relativamente ao plano de combate ao insucesso escolar. O plano tem estado a ser trabalhado com os agrupamentos de escolas, etc., etc., visa articular um conjunto de projetos municipais que já existem e outros que teremos que dar resposta e agora é que está no momento de se começar a preparar a candidatura, portanto, reparem a questão das candidaturas que estão sempre a ser reprogramadas, nós tínhamos a eficiência energética para entrar tudo até final deste mês, até trinta de abril, agora passou para trinta e um de outubro. Os municípios estão todos também com este problema, outros municípios têm os mesmos argumentos que eu, é que a reprogramação obriga depois a ter execuções desfasadas, mas há aqui um fenómeno interessante, também, nós podíamos ter tido uma execução até em termos absolutos muito mais elevada se a ARPIBA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano e Arredores tem conseguido lançar a primeira pedra em dois mil e dezassete, e foi por isso que tivemos que transferir para o ano seguinte.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, resultado negativo do exercício, pois bem ainda bem que refere isso e no balanço vamos ver que, de facto, precisávamos de ter outro saldo. Aquele saldo que o Sr. Membro Carlos Oliveira refere não vai chegar para aquilo que nós vamos ter que fazer a seguir e que precisávamos de ter um saldo ainda superior. Falou em taxas elevadas, quais são as taxas elevadas? Poderemos um dia falar nisso para perceber porque, de facto, nós temos taxas muito competitivas devo dizer, ou então não acompanhou a atualização da tabela de taxas porque temos um conjunto de incentivos muito interessante, é o que nos dizem investidores e particulares. O saldo do equilíbrio está na página duzentos e trinta e nove e, obviamente, não conta com o saldo de gerência porque o saldo do equilíbrio do ano não pode contar com o saldo de gerência, é isto que os técnicos nos dizem. CMJ – Conselho Municipal de Juventude só dar aqui uma nota, sempre aprovado por unanimidade com exceção este ano, com uma abstenção, e o Conselho Municipal de Juventude é o modelo que foi imposto aos municípios por um dos Governos do Partido Socialista, nós temos outro modelo que é muito mais fórum, muito mais participativo, até com expressões formais. O senhor diz que não conseguimos fazer obra, então nós executamos três vírgula nove milhões de investimento, isto não é obra? Rede Viária, temos muito a fazer, olhe e vamos ter que ter até apoios da administração central, digo-lhe já e é isso que os municípios estão a fazer, porque quando, como disse o Sr. Membro José Manuel Silvério, dantes tínhamos uma média de cinquenta a sessenta camiões de abastecimento para a zona de Vila Amélia agora temos quinhentos a oitocentos, repare, eu já pedi reunião ao Sr. Secretário de Estado, com empresas da área também, nós vamos fazer um grande investimento com o HUB 10, que já conhecem do que se trata, mas a circular sul e a circular norte estão a precisar de ser revistas e o conjunto de pesados de mercadorias que saem das autoestradas e que

andam, por exemplo, na municipal 533, só quem não vai até ao Poceirão e que se escapam ali em direção a Cajados para nacional 10. De facto, as nossas vias são muito sobrecarregadas por trânsito de passagem, também, e, ainda assim, quero dizer-lhe que fizemos setecentos mil euros de investimento só de obras novas incluídas no Eu Participo, noventa por cento das quais pavimentações e rede viária, portanto, nós fizemos obra, criámos equipamentos novos, fizemos um pavilhão em Fernando Pó, que vai ter oportunidade de conhecer se for lá à Mostra de Vinhos. Reconhecemos que temos ainda muito que fazer, mas dizer-lhe que, de facto, considero que foi um ano positivo e quando refere os rácios indicadores há rácios também muito positivos e muito equilibrados e de grande razoabilidade, até do nível de investimento por habitante/versus número de trabalhador, também melhorou. Mas olhe, convido V. Exa. a ver este mesmo quadro noutros municípios para ver se encontra diferenças substanciais relativamente ao nosso.

Sra. Presidente, eu, sobre isto procurei esclarecer mais do que fazer agora uma declaração política final, não é isso que interessa, interessa sobretudo esclarecer os Srs. Membros da Assembleia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então vamos votar a proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor da CDU, doze abstenções (oito do PS, duas do MIM e duas do BE) e dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Temos duas Declarações de Voto."

Declaração de Voto da Coligação Palmela Mais (PSD.CDS-PP)

"Os eleitos da Coligação Palmela Mais (PSD.CDS-PP) vêm apresentar a sua declaração de voto contra a prestação de contas de 2017, atentos, entre outros menos relevantes, as seguintes razões e fundamentos:

1 – Dúvidas levantadas pelo ROC Lino António Gonçalves Correia, no respeitante ao ativo imobilizado registado, sobretudo no que diz respeito aos Bens de Domínio Público e Imobilizado Corpóreo, cujas rúbricas têm um elevado significado nas Contas Municipais, tendo até o ROC recomendado novamente uma análise ponderada ao ativo imobilizado.

2 – Não constituição de provisão no que concerne ao montante de euros trezentos e trinta e quatro mil, no que concerne à Entidade Adrepal, Lda., levando a que o passivo e os resultados líquidos se encontrem subavaliados sendo que, desde sempre, demonstrámos a nossa discordância com o tratamento do Executivo da C.M.P. no que concerne à Adrepal e à ainda não outorgada escritura de compra do Espaço Fortuna Artes e Ofícios, com montantes pagos por parte do Município de euros um milhão duzentos e noventa e dois mil novecentos e setenta, pois muito embora tenha havido reclassificação do montante em causa para a rubrica Imobilizações em curso, só agora efetuada, apesar do ROC ter já aconselhado tal reclassificação, continuamos a defender que o interesse do Município não se encontra, na nossa opinião, devidamente acautelado e salvaguardado, facto para o qual o Executivo Camarário foi por nós alertado logo em dois mil e catorze, face ao pedido de prorrogação do prazo para a outorga da escritura, por parte da Adrepal, Lda.

Não queremos deixar de referir que o documento ora presente a votação está mais completo na informação prestada por parte da C.M.P. e do ROC, aos eleitos nesta Assembleia Municipal de Palmela, permitindo-nos uma análise mais ponderada do referido documento.

Esse facto, não nos pode conduzir, no entanto, a um voto favorável ou a uma abstenção, face aos motivos supra referidos."

Declaração de Voto do MIM

"A proposta referente à Prestação de Contas 2017, apresentado pelo executivo da Câmara Municipal de Palmela para deliberação na sessão ordinária de 26 de abril de 2018, retrata a visão estratégica de um executivo com a maioria absoluta.

O Movimento Independente Pela Mudança - MIM, ao não ter contribuído na discussão e votação desse orçamento, por assumir funções nos últimos dois meses e meio do ano de 2017, decidiu que, o sentido de voto do Movimento Independente Pela Mudança – MIM, no ponto 2 – Prestação de Contas 2017 da ordem de trabalhos da reunião ordinária da Assembleia Municipal de Palmela, é o Voto pela Abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então última proposta por favor, Sr. Presidente pergunto se quer adiantar alguma coisa só para ajudar a enquadrar rapidamente."

PONTO TRÊS – Regulamento da Incubadora de Empresas do Município de Palmela

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Projeto de um Regulamento da Incubadora de Empresas do Município, foi aprovado em reunião de Câmara, teve em apreciação pública, não houve contributos e nessa medida trazemo-lo à Assembleia tal e qual como ele foi aprovado. De referir que, na prática, a Incubadora já funciona porque já lá temos duas empresas e temos uma terceira empresa que é quem, também, no terreno dá o apoio técnico nestes ambientes de *coworking* e de apoio também aos projetos de empreendedorismo, que é um protocolo que temos com a "Associação Tempos Brilhantes" que funciona no local, a sede será na Rua Salgueiro Maia, no antigo Atendimento Municipal do Pinhal Novo mas, naturalmente, que vamos ter polos que funcionarão noutras freguesias do Concelho. Para já esta é aquela que tem condições físicas para, com algumas obras de adaptação, poder rapidamente começar a funcionar. O grande desafio que temos para ali, aproveito a oportunidade para vos dar esta informação é a colocação de uma caixa de Multibanco que nos tem dado uma dor de cabeça, quer com os bancos, quer com a segurança, quer com os seguros, não sei quanto tempo é que lá vai durar, mas é a primeira coisa que queremos lá instalar antes de fazer o resto das obras, porque implica lá algumas obras de transformação do espaço, mas pronto temos aqui um documento enquadrador e estou disponível para as questões que queiram colocar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, pela síntese.

Tem a palavra a Bancada do Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia Jorge Freitas."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente, cumprimento todos os presentes na sua pessoa.

Acerca do presente Regulamento da Incubadora de Empresas do Município de Palmela, considerou a Bancada do Partido Socialista que este é um conceito da incubação de empresas que germinou nos Estados

Unidos nas finais da década de cinquenta, tendo o conceito crescido e desenvolvido com sucesso vindo a ser aplicado na Europa na década de oitenta.

A primeira Incubadora de Empresas em Portugal, surgiu em oitenta e sete com o incentivo da União Europeia, com o objetivo de criar uma rede de apoio para a criação de novas empresas.

As incubadoras de empresas são projetos que têm como objetivo a criação ou o desenvolvimento de pequenas empresas, microempresas, jovens empresários e empreendedores, apoiando-os nas primeiras etapas das suas vidas.

Dada a importância para a economia do concelho, região e país, a dinamização, estruturação e alavancagem do nosso tecido empresarial quer nos projetos inovadores e desafiantes para o desenvolvimento e cooperação com as empresas de vanguarda tecnológica sediadas na nossa região, quer para projetos e empreendedores de negócios mais conservadores que progridam na sustentabilidade económica e criação de emprego, é fundamental que o nosso município apoie e promova de forma moderna e eficiente esses projetos.

Pelo exposto, refletindo sobre a presente proposta oportuna, apropriada e estruturante, a Bancada do Partido Socialista, votará favoravelmente a aprovação do presente regulamento.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros, o Bloco de Esquerda, por favor, Tânia Ramos."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Ora a Bancada do Bloco de Esquerda gostaria de parabenizar pelo projeto, pela medida, pela atitude, porque, realmente, são medidas como estas que apoiam não só ao nível das infraestruturas, mas também dos apoios, das acessibilidades, a criação de uma estrutura que possa ajudar nos primeiros passos, quer de pessoas coletivas ou pessoas individuais, ou até mesmo jovens criativos, enfim, uma panóplia de situações que podem vir a ser ajudadas e isso é um excelente contributo, é uma excelente medida de apoio à inovação, a criatividade e à oportunidade.

Votaremos favoravelmente esta proposta e gostaria só de deixar a sugestão de que eu percebo o conforto pela estrutura em si, que existe no Pinhal Novo, no entanto poderia ser vantajoso outras áreas, também, terem esses locais, ou então terem começado noutra área que não seja tão desenvolvida de forma a que fosse o mote de alento e de esperança para, também, outras áreas que não fossem tão povoadas como é o caso do Pinhal Novo.

Disse. Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção? Tem palavra, o PSD/CDS, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, quanto ao Projeto de Regulamento aqui não está em causa se somos a favor das Incubadoras se não, isto é um regulamento que vai regular o Projeto da Incubadora de Empresas.

Quanto à criação e o conceito que já todos conhecemos há longos anos de Incubadoras de Empresas, penso que não há aqui ninguém que se oponha.

Relativamente ao projeto de regulamento, como já disse em tempos noutra Assembleia, nem sempre nos conseguimos aperceber quando os regulamentos estão em discussão pública.

O que vejo neste regulamento: é um regulamento simples e penso que com o tempo e a dinamização se poderá aperfeiçoar; noto por exemplo, no artigo relativo ao universo dos candidatos pode haver incongruência, entre pessoas singulares e pessoas coletivas. Na minha opinião este regulamento irá sofrer alterações no futuro.

Relativamente ao contrato em anexo (sei que não vem a votação), mas encontrei algumas incongruências que gostaria de chamar à atenção. Considero que a cláusula sétima número dois (in fine) e a cláusula nona têm claras contradições entre o clausulado nos seus artigos e na cláusula décima primeira há uma questão de português que enviarei por escrito.

Quando à localização, eu percebo: O Pinhal Novo tem mais moradores, mais habitantes não é? Em todo o caso foi aqui dito numa anterior reunião que em Palmela, haverá também no antigo edifício da Rádio Pal serviços relacionados com nicho de empresas. E também na União de Freguesias Poceirão Marateca. Na freguesia de Quinta do Anjo não ouvi referência nenhuma sobre este assunto. Talvez venha a existir no mercado de Quinta do Anjo, aguardamos pela apresentação do projeto do mercado de Quinta do Anjo (dinamização).

Por tudo isto, o nosso sentido de voto é de abstenção. Em todo o caso penso que a Câmara deve clarificar as cláusulas que considero que têm contradições."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, estamos em condições de votar?

Sr. Presidente alguma coisa a acrescentar, a clarificar?

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Telegraficamente, foi feito *benchmarking* com as melhores práticas e aquelas que ainda estão em funcionamento Madan Parque, Oeiras, Coimbra, Setúbal, Seixal, vamos aferir melhor a questão do contrato, isto é a linguagem jurídica e, às vezes, tem aqui uma outra coisa que pode não ter ficado bem percetível. Quanto ao conceito nós percebemo-la e o que está definido, o regulamento fala noutros polos, ótimo, mas eu, por acaso, conheço poucos concelhos que tenham um em cada freguesia, isto não é propriamente uma guerra entre freguesias. Porque é que começamos ali? Porque já lá funciona um espaço, são instalações municipais que têm que ser bem aproveitadas e dada a dinâmica que já lá houve com a "Tempos Brilhantes", que desenvolve trabalho connosco na área do empreendedorismo, com escolas, com empresas, que hoje felizmente já estão a funcionar e que nasceram dessa dinâmica, consideramos utilizar esse espaço para este efeito. Como disse no Edifício Pal, haverá trabalho desta natureza mais ligada às áreas do turismo, restauração, etc., nós também gostaríamos no conceito do Centro Comunitário de Águas de Moura introduzir isto, mas nós não vamos impor ou fazer coisas sem estudar o território e se, efetivamente, há gente para. Para já, parece-nos que ali dá uma resposta a todo o concelho e os polos hão de crescer à medida das dinâmicas e das necessidades e da existência dos espaços, porque isto implica obras em espaços."

O **Sr. Jorge Freitas do PS** terminou a sua participação nos trabalhos pelas 00:47 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta podemos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (quinze da CDU, sete do PS, dois do MIM e dois do BE) e duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e sete de abril de dois mil e dezoito.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete